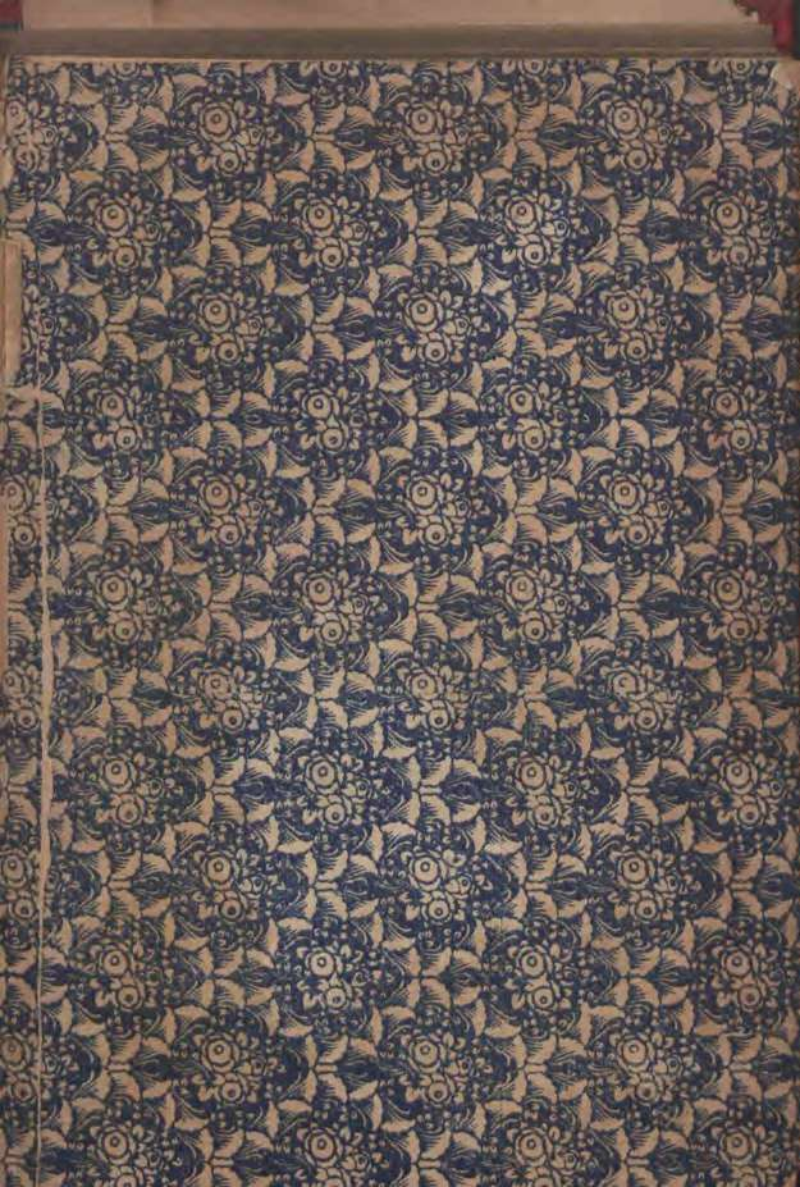

Faculdade de Direito do Recife

PROGRAMA DE ENSINO

DAS CADEIRAS DO

1. ANO

AULAS DIÁRIAS

1ª. Cadeira — INTRODUÇÃO A CIÊNCIA DO DIREITO..... 3
Prof. J. J. de Almeida

2ª. Cadeira — ECONOMIA POLITICA... 11
Prof. Arnobio Graça

3ª. Cadeira — DIREITO ROMANO 19
Prof. Mario Neves Batista

4ª. Cadeira — TEORIA GERAL DO ESTADO..... 27
Prof. Murilo Barros Guimarães

1944

1.ª CADEIRA

INTRODUÇÃO À CIÊNCIA DO DIREITO

AULAS DIÁRIAS

Aula Inicial —
Introdução à Ciência do Direito. Seu objeto e importância. — Orientação de Estudo. — Exigências regulamentares.

1 — O Indivíduo e a Sociedade.

2 — A sociedade politicamente organizada.

3 — Os grupos sociais.

4 — As regras de conduta humana.

5 — A norma e a lei natural.

6 — A norma jurídica quanto à forma.

7 — A norma jurídica quanto à força obrigatória.

8 — A norma jurídica quanto ao seu conteúdo.

9 — A norma jurídica quanto ao seu fim.

10 — A norma jurídica em suas relações com a Moral.

11 — Classificação das normas jurídicas.

12 — Fontes das normas jurídicas.

13 — A lei jurídica. Noção. Accepções.

14 — A autoridade da lei. Elaboração. Publicação. A *vacatio legis*. A ignorância da lei.

15 — A obrigatoriedade da lei no espaço.

16 — O conflito de leis no espaço.

17 — A obrigatoriedade da lei no tempo. Começo e fim.

18 — A revogação das leis. Espécies. Restauração da autoridade das leis revogadas.

19 — O conflito de leis no tempo. A retroatividade.

20 — O direito adquirido. As situações jurídicas definitivamente constituidas.

21 — A codificação das leis.

22 — A lei constitucional e a lei ordinária.

23 — Os decretos. Os decretos-leis.

24 — Os regulamentos e suas espécies.

25 — O costume como fonte das normas jurídicas.

26 — Obrigatoriedade dos costumes. Requisitos. Justificação. Prova.

27 — O costume em suas relações com a lei.

28 — A Jurisprudência como fonte das normas jurídicas.

29 — A função da jurisprudência através da história e dos sistemas jurídicos.

30 — As convenções internacionais e a doutrina como fontes da norma jurídica.

31 — O Direito em suas diversas accepções.

32 — O direito objetivo. O direito positivo.

33 — O direito natural. Sua função histórica.

34 — A divisão do direito positivo em público e privado.

35 — Subdivisões do direito positivo.

36 — O direito subjetivo.

37 — O sujeito do direito.

38 — A pessôa natural.

39 — A pessôa jurídica.

40 — O objeto do direito.

41 — A relação jurídica. O fato jurídico.

42 — O ato jurídico.

43 — O ato ilícito.

44 — A garantia da ordem jurídica. A sanção. A coação.

45 — Classificação dos direitos subjetivos.

46 — A ciência e a arte no direito. O problema da construção jurídica.

47 — A técnica jurídica. Seus processos.

48 — O formalismo e o conceitualismo.

49 — As presunções e as ficções.

50 — O Direito e a sua realização.

51 — O Direito em suas relações com a Justiça e a Equidade.

52 — A interpretação das normas jurídicas.

Conceito.

53 — A interpretação jurídica através da história.

54 —A interpretação quanto à sua origem.

55 — A interpretação quanto aos seus elementos.

56 — A interpretação quanto aos seus efeitos.

57 — O sistema tradicional de interpretação.

58 — O sistema teleológico de interpretação.

59 — O sistema histórico-evolutivo de interpretação.

60 — O direito-livre.

61 — As novas concepções doutrinárias em matéria de interpretação.

62 — A interpretação no direito brasileiro.

63 — Regras de interpretação. Valor dos brocardos.

64 — A integração das normas jurídicas. A analogia.

65 — Os princípios gerais de direito.

66 — História, evolução e progresso do direito. A variabilidade do direito.

67 — O progresso do direito e a continuidade jurídica. A guerra, a revolução e a tradição na vida do direito.

68 — A evolução nas principais instituições jurídicas.

69 — Leis e fatores da evolução jurídica.

70 — A História do Direito. Seu objeto. Sua divisão. Sua utilidade e função.

71 — O direito nos povos da mais alta antiguidade.

72 — O direito na Índia e na Pérsia.

73 — O direito entre os semitas, os hebreus e os árabes.

74 — O direito na Grécia antiga.

75 — O direito em Roma.

76 — Característico do Direito Romano. Sua influência no direito dos outros povos. Sua projeção no direito atual.

77 — O direito entre os celtas e os eslavos.

78 — A invasão dos bárbaros. O Direito germânico.

79 — O feudalismo.

80 — A Igreja Católica. O Direito Canônico.

81 — O Direito inglês.

82 — A Revolução Francesa e as legislações que se seguiram.

83 — O Direito português.

84 — O Direito brasileiro do descobrimento ao Império.

85 — O direito brasileiro no Império.

86 — O direito brasileiro na República.

87 — O idealismo jurídico no século XIX.

88 — O positivismo jurídico, estatal e sociológico.

89 — As doutrinas jurídicas hodiernas e as reações que provocaram.

90 — As novas diretrizes do direito brasileiro.

Aula de encerramento —

Introdução à Ciência do Direito. Encerramento do curso. Vista geral e retrospectiva. Observação para os novos estudos do direito. O curso jurídico e a cultura teórica dos alunos. A formação da con-

ciência jurídica da nacionalidade brasileira.

Recife, 8 de Janeiro de 1944.

J. J. DE ALMEIDA

2.ª CADEIRA

ECONOMIA POLÍTICA

Dr. ARNÓBIO GRAÇA
Prof. Catedrático Interino

PRIMEIRA PARTE

A CIÊNCIA ECONÔMICA

CAPÍTULO I

Noções Gerais

1 — A Economia Política: nome, definição, objeto e divisão.

2 — Leis econômicas: caracteres e espécies.

3 — A riqueza e a utilidade. O bem econômico e as necessidades humanas.

4 — Problemas econômicos: divisão e fundamentos. Interêsse pessoal e contingências econômicas.

5 — Metodologia da Economia Política.

6 — Evolução das formas econômicas nas sociedades humanas.

CAPÍTULO II

Da Produção

7 — Produção: conceito. Fontes: agentes e fatores da produção.

8 — Produção agrícola e produção industrial. Rendimento não proporcional.

9 — Trabalho: regimes históricos. Conceito e classificação do trabalho.

10 — Organização social do trabalho.

11 — Organização científica do trabalho: princípios, métodos e sistemas.

12 — Divisão do trabalho: evolução histórica, concepções e efeitos.

13 — Coordenação e Padronização.

14 — Técnica: conceito, divisão e análise de suas partes componentes.

15 — O problema das máquinas: evolução e fundamentos.

16 — O capital: formação histórica. Definição, classificação e produtividade do capital.

17 — Gênese do capital. Capitalização.

18 — Empresa: origem, definição e divisão. Organização da empresa.

19 — Concentração: espécies, condições e limites.

20 — Indústria no domicílio.

21 — Estado e produção. Intervenção do Estado. Monopólio. Organização das empresas do Estado.

22 — As crises.

23 — Livre-concurrência.

CAPÍTULO III

Da Repartição

24 — Propriedade: formas históricas. A grande e a pequena propriedade. Direito de

propriedade privada: teorias.

25 — Remuneeração do proprietário fundiário. Renda e suas teorias.

26 — Salário.

27 — Remuneração do empreendedor e do proprietário de capitais.

28 — Legislação do trabalho.

29 — Contrato de trabalho.

30 — A associação: formas históricas. Associações econômicas. Liberdade de associação.

31 — Associações operárias. Trade-Unions. Sindicatos. Organização dos Sindicatos no Brasil.

32 — Seguros sociais.

CAPÍTULO IV

Da Circulação

33 — Valor.

34 — Preço.

35 — Troca: espécies históricas. Escâmbio.

36 — Moeda.

37 — Moeda metálica: história ,funções e valor. Lei de Greaham.

38 — Moeda de papel. Sistemas monetários.

39 — Inflação e deflação.

40 — Sucedâneos da moeda. Letra de câmbio, bilhete à ordem e cheque.

41 — Bilhetes de banco. Câmaras de Compensação.

42 — Crédito.

43 — Bancos.

44 — Caixas Raifeisen. Cooperativas Schulze-Delitzsch.

45 — Crédito público. Empréstimos e dívidas públicas. Títulos de Crédito.

46 — Comércio: evolução histórica. Mercados e feiras. Bolsas.

47 — Comércio internacional. Balança de comércio. Balanço de contas e câmbio.

48 — Política comercial. Proteção. Livre-câmbio. Tratados de comércio.

CAPÍTULO V

Do Consumo

49 — Consumo: definição. Despesa. Poupança. Luxo.

50 — População. Teoria de Malthus. Emigração e colonização.

51 — Imposto: natureza e fundamento. Regras gerais, justiça, classificação e multiplicidade dos impostos.

SEGUNDA PARTE

HISTÓRIA DAS DOUTRINAS ECONÔMICAS

CAPÍTULO VI

Da Antiguidade e Idade-Média

52 — Economia antiga: Xenofante — Platão — Aristóteles. Catão — Varrão — Columela e Paládio.

53 — Economia medieval: os fatos e as idéias. S. Tomaz de Aquino. O cristianismo.

CAPÍTULO VII

Da Idade Moderna

54 — Mercantilismo.

55 — Fisiocratismo.

56 — Capitalismo.

57 — Socialismo.

58 — Cristianismo social.

59 — Cooperativismo.

60 — Corporativismo.

61 — Escolas históricas.

62 — Economia pura e Economia matemática.

63 — Anarquismo.

64 — Solidarismo.

65 — Doutrinas econômicas no Brasil.

Recife, 3 de janeiro de 1944.

ARNÓBIO DE SOUZA GRAÇA
Prof. Catedrático Interino

3.ª CADEIRA

PROGRAMA DA CADEIRA DE DIREITO ROMANO

1.º ANO

1 — O direito romano. Generalidades. Importância e método do estudo. — Fases e fatores da evolução do direito romano.

2 — Das fontes do direito romano.

3 — A ciência jurídica dos romanos.

4 — Legislação justinianea.

5 — O direito romano depois de Justiniano, no Oriente e no Ocidente.

6 — Idéias fundamentais sôbre o direito. Di-

visões do direito. Terminologia dos romanos.

7 — Da personalidade em direito. Elementos. — Das pessoas físicas, seus requisitos. — A capacidade de agir.

8 — Extinção da personalidade. *Capitis deminutio*.

9 — Das pessoas jurídicas.

10 — Das cousas e suas divisões. — O patrimônio.

11 — Fatos jurídicos em geral. — Atos jurídicos, conceito, espécies, elementos e requisitos.

12 — Modalidades dos atos jurídicos.

13 — Defeitos dos atos jurídicos.

14 — Invalidade dos atos jurídicos.

15 — Representação nos atos jurídicos.

16 — Noção da família romana e das relações de parentesco.

17 — Do matrimônio. Espécies de casamento em Roma. Instituições afins. Os *sponsalia*.

18 — Requisitos e efeitos do casamento. Direitos

e deveres dos cônjuges. Dissolução do matrimônio.

19 — Do dóte e suas espécies. Modos de constituição. Direito dos cônjuges sôbre os bens dotais. Da restituição do dóte. Da *donatio propter nuptias*. Dos bens parafernais.

20 — Da *patria potestas*. Poderes do pai quanto à pessoa e aos bens dos filhos. Da aquisição e extinção do pátrio poder.

21 — Da filiação legítima e ilegítima.

22 — Da legitimação.

23 — Da adoção.

24 — Da tutela e suas espécies. Da capacidade para ser tutor e suas excusas.

25 — Da administração da tutela: — *negotiorum gestio* e *auctoritatis interpositio*. Poderes e responsabilidade dos tutores. Da pluralidade dos tutores. Extinção da tutela.

26 — Noção e espécies da curatela. Poderes e responsabilidade dos curadores. Começo e fim da curatela.

27 — Dos direitos reais. Conceito e espécies.

28 — A posse no direito romano, sua natureza e elementos. As diferentes espécies de posse. Da posse de direito e de estado. Da composse.

29 — Da aquisição, conservação e perda da posse. Dos efeitos da posse. Direitos e deveres dos possuidores de boa e de má fé.

30 — Proteção possessória.

31 — Noção do direito de propriedade. História da propriedade romana.

32 — Limitações do direito de propriedade. — Da defesa do domínio.

33 — Comunhão e condomínio.

34 — Da aquisição originária e derivada da propriedade.
ção e confusão.

35 — Ocupação, thesaurus, accessio, especifica-

36 — Da tradição.

37 — Noção e história da prescrição aquisitiva. Requisitos do usucapião. Seus efeitos.

38 — Noção do direito de emfiteuse, seu objeto e sua duração. Direitos e deveres do emfiteuta e do proprietário. Modos de

constituição, transmissão e extinção do direito de enfiteuse.

39 — O direito de superfície.

40 — Noção e requisitos das servidões. As várias espécies de servidões.

41 — Direitos e deveres dos proprietários dos prédios dominante e serviente. Da indivisibilidade e da inalienabilidade das servidões. Tutela do direito de servidão.

42 — Noção e espécies do usufruto. Do objeto do usufruto. Quasi-usufruto. Direitos e deveres do usufrutuário. Da constituição, duração e extinção do usufruto.

43 — Do uso, da habitação e do trabalho de escravos e animais.

44 — Dos direitos reais de garantia. Conceito e evolução histórica. A *fiducia*, o *pignus* e a *hipoteca*.

45 — O penhor e a hipoteca. Essência, requisitos e objeto.

46 — Constitutição do direito de penhor e de hipoteca. Direitos do credor pignoratício e hipotecário. Ações hipotecárias e pignoratícias. Extinção do penhor e da hipoteca.

47 — Conceito e desenvolvimento histórico da obrigação. Elementos da obrigação.

48 — As espécies de obrigações.

49 — Das fontes das obrigações em geral.

50 — Do contrato — noção, espécies e elementos.

51 — A doutrina do *quasi contrato*. Noção e espécies.

52 — Dos atos ilícitos. Dolo e culpa. Reparação do dano.

53 — Transmissão das obrigações.

54 — Extinção das obrigações.

55 — Da sucessão hereditária. Evolução histórica do direito hereditário romano.

56 — Da sucessão legítima, no antigo e no novo direito romano. Dos herdeiros necessários. Das colações.

57 — Da sucessão testamentária. O testamento e suas espécies. Da capacidade para testar. Da abrtura, prova e execução dos testamentos. Da invalidade e da revogação. Dos codicilos.

58 — Da instituição de herdeiro. Das substituições.

59 — Da aquisição de herança. Aceitação e recusa da *hereditas* e da *bonorum possessio*. Da *separatio bonorum* e do benefício de inventário.

60 — Noção e história dos legados e fideicomissos. Suas condições. Da aquisição, invalidez e revogação dos legados.

61 — Ligeiras noções sôbre o processo e organização judiciária dos romanos.

62 — Das ações e suas divisões.

Faculdade de Direito do Recife, em 11 de Janeiro de 1944.

o professor catedrático interino
DR. MARIO NEVES BAPTISTA

4.ª CADEIRA

TEORIA GERAL DO ESTADO

DR. MURILO BARROS GUIMARÃES

Professor Catedrático interino

1 — Considerações gerais sôbre a disciplina em estudo. Suas relações com as demais ciências.

2 — Objeto e método da Teoria Geral do Estado.

3 — Da ordem jurídica. Direito natural e direito positivoo.

4 — A política e sua natureza científica.

5 — Direito público e direito privado. Fundamentos da distinção e crítica.

6 — Os diversos ramos do direito público.

7 — Origem da sociedade. Socialismo e individualismo.

8 — Problema da origem do Estado.

9 — Conceito do Estado.

10 — O Estado e a Nação.

11 — Principais tipos históricos de Estado.

12 — Direito objetivo e direito subjetivo. Pessoa natural e pessoa jurídica.

13 — Da realidade da pessoa jurídica.

14 — Personalidade jurídica do Estado.

15 — Justificação do Estado.

16 — Elementos constitutivos do Estado — Elemento material: o território.

17 — Elemento pessoal: o povo.

18 — Elemento político: o poder.

19 — O problema da autoridade.

20 — Da soberania.

21 — Relações entre o Estado e o Direito.

22 — O problema da subordinação do Estado e o Direito.

23 — O poder, a ordem e a liberdade.
24 — O Estado e o indivíduo.
25 — O Estado e a família.
26 — O Estado e as associações.
27 — Formação, desenvolvimento e fim do Estado.
28 — Funções e órgãos do Estado.
29 — As diversas formas de Estado. Uniões de Estados.
30 — Estados Federais e Confederação de Estados.
31 — O Estado no plano internacional.
32 — O facismo.
33 — O nacional socialismo.
34 — O bolchevismo.
35 — O sindicalismo.
36 — A democracia.
37 — Origem e desenvolvimento das corporações.
38 — O corporativismo medieval e a doutrina corporativa no mundo atual.

39 — O Estado corporativo.

40 — Fórmas de govêrno.

41 — A separação de poderes.

42 — Constituição e seus diversos tipos.

43 — Evolução histórica da organização política do Brasil.

44 — A Constituição de 10 de Novembro de 1937.

45 — Características e diretrizes do Estado Novo brasileiro.

Faculdade de Direito do Recife

PROGRAMA DE ENSINO

DAS CADEIRAS DO

2. ANO

1ª. Cadeira — DIREITO CIVIL 3
Prof. Soriano Neto

2ª. Cadeira — DIREITO PENAL.....9
Prof. Anibal Bruno

3ª. Cadeira — DIREITO CONSTITUCIONAL.....13
Prof. Samuel Mac Dowell

4ª. Cadeira — CIENCIAS DAS FINANÇAS.....19
Prof. Luiz Guedes

1944

PROGRAMA DE ENSINO DA CADEIRA DE DIREITO CIVIL DO 2.º ANO

.1ª CADEIRA

(Parte geral e parte geral das obrigações)

1 — Do direito civil e sua posição no quadro geral do direito.
Unidade e pluralidade do direito privado. Classificação do direito civil.

2 — Das fontes do direito civil. O costume, a lei e a jurisprudência. O código civil.

3 — Da lei e suas espécies. Elaboração da lei. Prazo de obrigatoriedade. Revogação.

4 — Dos limites da lei no tempo. Retroatividade da lei.

5 — Da interpretação, aplicação e integração das normas jurídicas.

6 — Dos limites da lei no espaço. Princípios de direito internacional privado no código civil.

7 — Do conceito e natureza do direito privado no sentido subjetivo. Objeto, conteúdo e extensão da eficácia do direito privado.

8 — Do sujeito do direito. Conceito e espécies das pessôas. Pessôas físicas ou naturais. Início da personalidade. Comorientes.

9 — Das pessôas jurídicas. Teorias a respeito.

10 — Da classificação das pessôas jurídicas. Sociedades ou associações civis, sua constituição, personalidade, capacidade, administração e extinção.

11 — Das fundações, sua constituição, personalidade, capacidade, administração e extinção. Reistro Civil e domicílio das pessôas jurídicas.

12 — Do objeto do direito em geral e das cousas em particular. Conceito de cousa. Divisões das cousas juridicamente importantes.

13 — Do bem de familia.

14 — Do nascimento, perda e modificação dos direitos.

15 — Dos fatos jurídicos em geral. Atos jurídicos, seus elementos, divisões e requisitos.

16 — Dos defeitos dos atos jurídicos: êrro, dólo, coação, simulação e fraude de credores.

17 — Da modalidade nos atos jurídicos: condição, termo e encargo. Teoria da pressuposição.

18 — Da forma dos atos jurídicos e sua prova.

19 — Da nulidade e anulabilidade dos atos jurídicos. Retificação e conversão.

20 — Dos atos ilícitos. Dólo e culpa.

21 — Da influência do tempo no nascimento, perda e modificação dos direitos. Prescrição, seu conceito, espécies, fundamento, alegação, renúncia e efeitos.

22 — Da suspensão da prescrição, sua natureza, causas e efeitos.

23 — Da interrupção da prescrição, sua natureza, causas e efeitos.

24 — Dos prazos da prescrição.

25 — Do exercício, concorrência e colisão dos direitos. Violação e proteção dos direitos.

26 — Do conceito romano e moderno da obrigação. Elementos da obrigação.

27 — Das causas geradoras das obrigações. Declaração unilateral da vontade.

28 — Das obrigações civis e naturais.

29 — Das obrigações, conjuntas, genéricas, alternativas e facultativas.

30 — Das obrigações positivas de dar.

31 — Das obrigações positivas de fazer e negativas de não fazer.

32 — Das obrigações divisíveis e indivisíveis.

33 — Das obrigações solidárias. Teorias a respeito. Solidariedade ativa e passiva. Causas e efeitos da solidariedade.

34 — Das obrigações puras, condicionais e a termo. Obrigações principais e acessórias, líquidas e ilíquidas.

35 — Das obrigações com cláusula penal.

36 — Dos modos de extinção das obrigações.

Pagamento. Pessôas que podem pagar e receber. Objeto, lugar, tempo e prova do pagamento.

37 — Da móra, suas espécies, requisitos, efeitos e cessação.

38 — Do pagamento indevido e do pagamento por consignação.

39 — Do pagamento com subrogação, espécies e efeitos.

40 — Da imputação do pagamento. Dação em pagamento.

41 — Da história e conceito da novação. Suas espécies, requisitos e efeitos.

42 — Da história e conceito da compreensão. Suas espécies, requisitos e efeitos.

43 — Da transação, seus requisitos e efeitos. Compromisso.

44 — Da confusão e da rremissão de dívidas.

45 — Da inexecução das obrigações. Perdas e danos.

46 — Da cessão de crédito, sua história, requisitos e efeitos.

O presente programa será explicado em mais de sessenta lições.

Faculdade de Direito do Recife, em 11 de janeiro de 1944.

JOSÉ SORIANO DE SOUZA NETO
Professor catedrático

2.ª CADEIRA — 2.º ANO

DIREITO PENAL
(Parte Geral)

DR. ANIBAL BRUNO
Professor catedrático

1 — Direito Penal — Conceito — Posição na enciclopédia jurídica — Correlações com outros ramos do Direito — Ciências criminais.

2 — Evolução histórica das idéias sôbre o crime e a pena.

3 — As doutrinas penais — Escola clássica.

4 — As doutrinas penais — Escola positiva.

5 — As doutrinas penais — Escolas interme-

diárias — As novas correntes.

6 — Contribuições modernas das ciências biológicas e sociais ao estudo do crime.

7 — História do Direito Penal — Movimento legislativo moderno — A literatura jurídica-penal.

8 — História do Dirreito Penal brasileiro — A legislação.

9 — História do Direito Penal brasileiro — A doutrina — Os grandes mestres do Direito Penal da Faculdade de Direito do Recife.

10 — A lei penal — Interpretação da lei penal.

11 — Eficácia da lei penal no tempo.

12 — Eficácia da lei penal no espaço.

13 — Conceito do crime — Análise do crime — Características gerais do fato criminoso.

14 — Elementos da ação criminosa — Sujeito ativo — Sujeito passivo — Objeto material — Objeto jurídico.

15 — O nexo de causalidade.

16 — Divisão das infrações penais.

17 — Imputabilidade — Culpabilidade — Res-

ponsabilidade.

18 — Formas da culpabilidade — O dolo e a culpa.

20 — A perigosidade criminal.

21 — Causas de isenção de pena — Doença mental e desenvolvimento mental incompleto ou retardado.

22 — O problema jurídico-penal da embriaguez. Influência da emoção e da paixão sôbre a responsabilidade penal.

23 — Os menores no Direito Penal.

24 — Causas de exclusão de crime. Legítima defesa.

25 — Estado de necessidade — Coação irresistível — Obediência hierárquica.

26 — Agravantes.

27 — Atenuantes.

28 — Momentos de atuar delituoso. Tentativa e crime consumado.

29 — Da autoria.

30 — Concurso de crimes.

31 — Teoria geral da pena.

32 — Penas corporais — Pena de morte — Penas corporais propriamente ditas.

33 — Penas privativas da liberdade — Sistemas penitenciários.

34 — Penas pecuniárias — Penas accessórias.

35 — Suspensão condicional da pena.

36 — Livramento condicional.

37 — Efeitos da condenação.

38 — Teoria das medidas de segurança — As medidas de segurança na legislação penal brasileira.

39 — Da ação penal.

40 — Causas de extinção da punibilidade.

Recife, 15 de janeiro de 1944.

3.ª CADEIRA

DIREITO CONSTITUCIONAL

DR. SAMUEL MAC DOWELL FILHO
Professor catedrático interino

1 — Conceito do Direito Constitucional. Suas relações com outras ciências e disciplinas jurídicas e, especialmente, com a Teoria do Estado e a Ciência Política.

2 — Constituição. Conceito material e formal. Seus tipos. Sua técnica e hermenêutica.

3 — Regimen constitucional em geral e sua aplicação no Brasil. Antecedentes históricos. Constituição de 25 de Março de 182. Ato Adicional e outras leis constitucionais do Império.

4 — Transição da Monarquia para a República. Constituição de 24 de Fevereiro de 1891. Revisão de 7 de Setembro de 1926.

5 — Revolução de Outubro de 1930. Decreto institucional do Govêrno Provisório, de 11 de Novembro dee 1930. Código dos Interventores. Constituição de 16 de de Julho de 1934. Suas emeendas.

6 — Constituição de 10 de Novembro de 1937. Sem ambiente histórico. Suas fontes e espírito. O interregno constitucional.

7 — Organização nacional. A União e os Estados. Regimen das suas relações jurídicas. O princípio federativo. Princípios de observância obrigatória na organização dos Estados. A autonomia municipal. O Distrito Federal e os Territórios.

8 — Discriminação da competência entre a União, os Estados e os Municípios. Poderes explícitos e implícitos. Serviços federais, estaduais e municipais. Intervenção.

9 — O sistema representativo na Constituição Brasileira. Exercício do poder político pelo povo. O sufrágio. O núcleo eleitoral municipal. Os colégios eleitorais. O plebiscito.

10 — Os órgãos do poder. Relação entre si. A doutrina da divisão ou separação dos poderes e a Constituição Brasileira.

11 — O Poder Legislativo. Seus órgãos. O Parlamento Nacional. Câmara dos Deputados e Conselho Federal. Conselho da Economia Nacional. Respectivas composição, funcionamento e competência. Imunidade e responsabilidade. Competência legislativa, direta e delegada, do Presidente da República.

12 — Processo de elaboração das leis e resoluções e particularmente do orçamento. O véto. A substância da lei. A lei, o regulamento, o decreto-lei.

13 — O Poder Executivo. O presidente da República, autoridade suprema. Condições de investidura. Atribuições e prerrogativas. Responsabilidade. Os Ministros de Estado.

14 — Órgãos de cooperação nas atividades governamentais. Ministérrio Público. Tribunal de Contas. Conselhos técnicos. Função consultiva e julgadora. Limites da jurisdição administrativa.

15 — A função pública. Funcionários civis e militares. Condições de investidura e

exercício legal. Garantias. O estatuto dos funcionários públicos.

16 — O Poder Judiciário. Seus órgãos. Garantias dos seus membros e das suas decisões.

17 — Supremo Tribunal Federal. Justiça dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Justiça Militar. Sua organização. Composição e competência. O problema do Juri.

18 — A questão da unidade da Justiça em face da Constituição vigente. Recurso ordinário e extraordinário. Limites do controle judicial.

19 — O indivíduo perante a Constituição. Nacionalidade e Cidadania. Aquisição e perda da nacionalidade. Aquisição, suspensão e perda dos direitos políticos.

20 — Direitos e garantias individuais. Os direitos do homem. Tricotomia constitucional. Liberdade, segurança pessoal, propriedade. Restrições expressas no exercício dos direitos individuais e poder de polícia. A pena de morte.

21 — Ordem moral e espiritual. A família. A educação e a cultura.

22 — Ordem econômica. Condições da intervenção do Estado. Norrmas gerais asseguratórias do fomento e da justa retribuição do trabalho e da atividade econômica. Economia popular. Nacionalização e estadização das atividades econômicas. A imigração.

23 — Organização sindical e corporativa dos agentes da produção. Produção intelectual e material. As corporações como órgãos do Poder Público. Regimen corporativo e socialismo.

24 — Normas especiais sôbre a Legislação do Trabalho. Assistência social: proteção atual e previdência. A Justiça do Trabalho.

25 — Segurança Nacional. Defesa interna e externa do Estado. Estado de emergência. Estado de guerra. Leis de segurança.

26 — Relação da Igreja e do Estado. Emenda, modificação e reforma da Constituição. Seu processo.

PROGRAMA DE ENSINO

2.º ANO — 4.ª CADEIRA

DO CURSO DE BACHARELADO

CIÊNCIA DAS FINANÇAS

Introdução:

1 — A ação econômica do Estado. As necessidades coletivas. A atividade financeira, caracteres e limites.

2 — Ciência das Finanças, seu conceito. As leis financeiras. Metodologia aplicada ao estudo dos fatos financeiros.

3 — Fenômeno financeiro, sua natureza. Teorias econômicas e doutrinas socio-políticas na sua interpretação.

4 — Ciências das Finanças e Economia Política. Relação com as demais ciências sociais. Direito Financeiro. Política Financeira. Direito Tributário.

5 — Deeenvolvimsnto histórico da Ciência das Finanças. Literatura antiga e medieval sôbre institutos da Finança Pública. Literatura estrangeira contemporânea.

6 — Literatura brasileira em matéria econômico-financeira. Movimento científico no século XIX. Problemas e orientações contemporâneas.

PARTE 1.ª

Despesa pública:

7 — Despesa pública, seu conceito e limites. Despesa pública e despesa privada.

8 — Despesa pública, sua classificação. Despesas ordinárias e extraordinárias. Despesas federais, estaduais e municipais.

9 — A progressão das despesas públicas. Tendências e teorias. Fatores do aumento. Aumento nominal e aumento real. A compressão das despesas públicas.

10 — Principais categorias de formas concre-

tas de despesas públicas. Despesas destinadas à manutenção dos órgãos constitucionais, da dívida pública, das fôrças armadas, da justiça e da educação e instrução.

11 — Despesas com o funcionalismo público, com o desenvolvimento da produção e despesas relativas aos serviços de assistência. As despesas de guerra.

PARTE 2.ª

Receita pública:

12 — Receita pública, seu concento. Evolução das receitas dd Estado. Classificação. Receitas ordinárias e extraordinárias.

13 — As receitas ordinárias de direito privado. Domínio do Estado. Domínio privado do Estado. Domínio da União e dos Estados na Federação. A propriedade territorial do Estado e sua exploração. As florestas. As minas.

14 — Receitas do domínio industrial. As ferrovias. Correios e telégrafos. Imprensa nacional. Loteria.

15 — Receittas do domínio comercial. Empresas

comerciais do Estado. Monopólios fiscais. Bancos do Estado.

16 — As receitas ordinárias de direito público: as taxas, as contribuições especiais, os impostos. Natureza e elementos da taxa. Quantitativo das taxas.

17 — As taxas, sua classificação. Sistema de taxas. As principais taxas cobradas no Estado moderno. Processo de cobrança.

18 — Contribuições especiais. Conceito e fundamento.

19 — Os impostos. Terminologia fiscal. Natureza e elementos dos impostos. Função e fundamento do imposto.

20 — Princípios técnicos e jurídicos dos impostos. Canones de tributação. Justiça no imposto. Generalidade e universalidade do imposto. O princípio de igualdade. Isenção fiscal.

21 — Postulados econômico-financeiros do imposto. Suficiência e elasticidade na imposição.

22 — Princípios administrativos do imposto. Certeza, comodidade e economia no imposto. Fontes do imposto. Lançamento,

liquidação e arrecadação dos impostos.

23 — A bi-tributação. Dupla tributação internacional.

24 — Classificação dos impostos. Imposto direto e indireto. Imposto real e pessoal. Imposto proporcional e progressivo.

25 — Evolução do imposto. A transformação dos sistemas fiscais.

26 — O problema dum sistema racional de impostos. Imposto único e sistema de múltiplos impostos. Sistemas reais, pessoais e mixtos. Impostos nos Estados Unidos e nas formas federativas.

27 — Efeitos dos impostos. Efeitos psicológicos, morais e políticos.

28 — Efeitos económicos e financeiros. Incidência e translação do imposto. A amortização ou capitalização do imposto.

29 — Evasão do imposto. A fraude fiscal. Medidas preventivas contra evasão ilegal.

30 — Pressão fiscal, seu conceito.

31 — Interpretação e aplicação das normas jurídicas impositivas.

32 — A penalidade fiscal.

PARTE 3.ª

Sistema Tributário Brasileiro:

33 — O sistema tributário brasileiro, sua evolução. Imposição do Brasil dos tempos coloniais e do Império.

34 — Regimem tributário da República. A distribuição dos impostos no regimem da Constituição de 24 de Fevereiro de 1891 e no da de 16 de Julho de 1934.

35 — Organização atual do quadro tributário brasileiro. Impostos da União, dos Estados e dos Municípios. Falhas do nosso sistema impositivo.

36 — Direitos aduaneiros: imposto de exportação e de importação.

37 — Da renda, seu conceito. Renda tributável. Imposto de renda e caracteres. Sistemas do imposto de renda.

38 — Imposto de renda no Brasil.

39 — Imposto de consumo. Justiça e elasticidade no imposto de consumo. Imposto de consumo sôbre objetos considerados de luxo.

40 — Imposto de consumo no Brasil. Arrecadação e fiscalização. Penalidades e recursos.

41 — Imposto de sêlo, seu fundamento. O imposto do sêlo no Brasil: arrecadação, fiscalização, isenções, multas e recursos.

42 — Imposto sôbre a propriedade territorial. Bases e processos de fixação de seu assunto. Imposto territorial no Brasil. A lei Pernambucana. O imposto predial. Imposto predial no Recife.

43 — Imposto de sucessão, sua evolução. A transmissão de propriedade causa-mortis e sua tributação pelos Estados na Federação. Imposto de sucessões em Pernambuco.

44 — Imposto de indústria e profissões.

45 — Imposto de transmissão de propriedade inter-vivos.

46 — Imposto sôbre vendas e consignações.

PARTE 4.ª

Receitas extraordinárias — Crédito público:

47 — Do crédito público. Natureza e princípios.

48 — Dívida pública, noção e finalidade. Principais espécies de dívidas públicas. Dívida flutuante e dívida consolidada.

49 — Empréstimos. Empréstimos externos e internos. Empréstimos forçados, voluntários e patrióticos; perpétuos e amortizaveis. Negociação de empréstimos.

50 — Administração das dívidas do Estado sob o ponto de vista da técnica financeira. Amortização, conversão e consolidação da dívida pública. A bancarrota e a concordata.

51 — Dívida pública brasileira. Os serviços da dívida pública. Dívida da União, dos Estados e dos Municípios.

52 — Finança de guerra. Dívida de guerra, sua significação. Impostos e empréstimos em tempo de guerra. O perigo da inflação. A emissão de papel moeda para financiamento de guerra.

53 — Impostos sôbre lucros extraordinários e imposto de emergência sôbre o capital.

PARTE 5.ª

Administração financeira — Orçamento:

54 — Noção de orçamento. Importância juridi-

ca, política e financeira do orçamento.

55 — Direito orçamentário; sua evolução na Inglaterra, Estados Unidos, França e no Brasil.

56 — Preparação do orçamento. Poder encarregado do preparo. Regras de organização orçamentária.

57 — Preparação do orçamento. Métodos de avaliação das despesas e sistemas de estimação das receitas.

58 — Equilíbrio orçamentário. Saldos e deficits. Meios para assegurar o equilíbrio orçamentário efetivo. Requisitos dum bom orçamento.

59 — Votação do orçamento. Os poderes do Congresso. Restrições à iniciativa parlamentar em matéria de gastos. Duração do orçamento. Contas de exercício e de gestão. Conteúdo do orçamento.

60 — Execução do orçamento. Registro de tabelas explicativas. Distribuição dos créditos.

61 — Execução do orçamnto. Estágios da despesa: empenho, liquidação e pagamento.

62 — Inexistência de verba. Insuficiência das

verbas votadas. A abertura de créditos especiais. Os créditos extraordinários.

63 — O controle dos gastos públicos. As contas e sua publicidade e fiscalização. Fiscalização orçamentária pelo legislativo, pelo Departamento Administrativo e pelo Ministério da Fazenda. O Tribunal de Contas e sua ação fiscalizadora da administração financeira.

64 — O patrimônio público e sua guarda. Inventário dos bens nacionais. O tesouro nacional em função da administração financeira do país.

65 — As finanças dos Estados e Municípios, no Brasil. O problema de coordenação das Finanças na Federação.

66 — Política financeira e política monetária nacionais. Exposição crítica da situação das finanças brasileiras. Finanças nacionais no regimem monárquico. Finanças do regimem republicano. O inflacionismo continuado.

67 — Legislação financeira no Brasil. O Código de Contabilidade pública e sua reforma. A Codificação financeira para os Estados

e Municípios. O Código Tributário de Pernambuco.

Recife, 14 de Janeiro de 1944.

(a) PROF. LUIZ GUEDES
Professor catedr(ático

Faculdade de Direito do Recife

PROGRAMA DE ENSINO

DAS CADEIRAS DO

3. ANO

AULAS DIÁRIAS

1ª. Cadeira — DIREITO CIVIL.....3
Prof. Nehemias Gueiros

2ª. Cadeira — DIREITO PENAL.....9
Prof. Barreto Campelo

3ª. Cadeira — DIREITO COMERCIAL. ...19
Prof. Joaquim Amazonas

4ª. Cadeira — DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO.....43
Prof. Mario Pessôa

1944

1.ª CADEIRA

DIREITO CIVIL

DR. NEHEMIAS GUEIROS
Professor Catedrático

(Parte especial das obrigações)

1 — Ato jurídico e contrato. Requisitos e interpretação dos contratos. O consentimento: proposta e aceitação. Contratos entre ausentes.

2 — Dos defeitos dos atos jurídicos. Vícios do consentimento. Êrro, dólo, coação, simulação e fraude contra os credores. O *in fraudem legis agere*.

3 — Da forma dos contratos e de sua prova. Das nulidades e suas espécies. Crítica da

doutrina dos atos inexistentes. Anulabilidade ratificação e conversão.

4 — Das modalidades dos atos jurídicos. Noção, espécies e efeitos das condições. Termo e encargo.

5 — Da classificação dos contratos no direito romano e moderno.

6 — Os contratos mediante representante e em favor de terceiro. Direito romano e moderno. Teorias a respeito do direito do beneficiário: Efeitos dos contratos em favor de terceiro.

7 — Fundamento da obrigatoriedade dos contratos. Das arras. Do dever de garantia em geral e em particular da evicção e dos vícios redibitórios.

8 — Da compra e venda. Natureza jurídica, requisitos e espécies do contrato de compra e venda. Dos direitos e obrigações das partes. Riscos. Das cláusulas especiais à compra e venda. Da retrovenda. Da venda a contento. De preempção ou preferência. Do pacto de melhor comprador. Do pacto comissório. Da troca.

9 — Da doação. Conceito, requisitos e espé-

cies de doação. Revogação e nulidade das doações.

10 — Do contrato de locação em geral. Da locação de cousas. Direitos e obrigações do locador e do locatário, duração e termo da locação. Recondução tácita. Benfeitorias. Locação de prédios urbanos e rústicos. Direito de sublocar e cessão de arrendamento.

11 — Da locação de serviços. Natureza jurídica e espécies. Direitos e obrigações das partes. O salário. Serviços liberais. Recondução tácita e duração da locação. Da empreitada. Dos riscos. Direitos e obrigações do empreiteiro e do dono da obra.

12 — Do empréstimo. Natureza e requisitos do mútuo. Direitos, obrigações e prova do contrato de mútuo. Da promessa de mútuo. Do comodato, sua natureza e suas condições. Direitos e obrigações do comodato. Da promessa do comodato.

13 — Definição e requisitos do contrato de depósito. Objeto e prova do depósito. Direitos e obrigações das partes. Das espécies de depósito.

14 — Do mandato. Concepção romana e mo-

derna. Natureza jurídica e condições do mandato. Da procuração. As várias espécies de mandato. Direitos e obrigações das partes. Responsabilidade em face de terceiros. Ratificação. Substabelecimento. Da extinção do mandato. Da gestão de negócios.

15 — Do contrato de edição. Direitos e obrigações das partes. Natureza jurídica e goso dos direitos autorais. Das diferentes espécies de obras. Registro, contrafação e plágio. Da representação dramática.

16 — Do contrato de sociedade. Espécies, forma e praso das sociedades. Administração e representação social. Direitos e obrigações recíprocas dos sócios. Obrigações da sociedade e dos sócios para com terceiros. Dissolução das sociedades. Da parceria agrícola e pecuária.

17 — Da renda e esuas espécies. Do contrato dee constituição de renda, condições de validade. Das rendas constituidas sôbre imóveis. Dos contratos aleatórios. Do jôgo e da aposta.

18 — Do seguro geral. Elementos do contrato de seguro. Objeto prêmio, risco, sinistro

e avaliação do dano. A apólice. As partes contratantes, seus direitos e suas obrigações. Da subrogação e do resseguro.

19 — Espécies de seguro. Do seguro de vida em particular. Condições do contrato. Modalidades. Riscos, sinistro e valor do seguro de vida. Situação jurídica do beneficiário. Da colação. Direito dos credores.

20 — DDesenvolvimento histórico da fiança. Natureza jurídica e suas consequências. Espécies de fiança. Do contrato de fiança. Dos efeitos e da extinção da fiança.

21 — Da vontade unilateral como fonte de obrigações. A promessa de recompensa. A doutrina dos quasi contratos e dos quasi delitos. Responsabilidade sem culpa.

22 — Dos títulos de crédito em geral. Dos títulos ao portador e suas espécies. Natureza jurídica dos títulos ao portador.

23 — Fundamento da obrigação dos títulos à ordem e ao portador. Circulação dos títulos de crédito: tradição, endôsso e cessão. Autonomia dos direitos do portador. Exceções oponíveis. Da extinção dos títulos de crédito.

24 — Das obrigações por atos ilícitos. Dólo e culpa. Espécies e gráus de culpa. Da legítima defesa e do estado de necessidade. Responsabilidade civil e criminal.

25 — Da consequência da inexecução das obrigações. Das perdas e danos e suas espécies. Dano material e moral; direito comparados. Nexo causal. A obrigação de indenizar. Caso fortuito e fôrça maior. Da liquidação das obrigações.

26 — Do concurso de credores: tempo, lugar, objeto. Dos títulos de preferência. Classificação de créditos. Dos privilégios gerais e especiais.

2.ª CADEIRA

DIREITO PENAL

DR. BARRETO CAMPELO
Professor Catedrático

1 — O homicídio em sociologia e na história.

2 — Homicídio voluntário: homicídio simples, de ímpeto, *honoris causa*. Homicídio qualificado, suas espécies.

3 — Homicídio culposo: condições e circunstâncias em que a pena do homicídio culposo é aumentada.

4 — Instigação, induzimento e auxílio a suicídio. Casos de aumento especial de pena.

5 — Infanticídio.

6 — Abortamento e suas espécies. Abortamento qualificado pela ocurrência de lesão corporal grave ou morte da gestante. Abortamento dito necessário. Abortamento de estuprada.

7 — Generalidades sôbre as lesões corporais e suas divisões; lesões corporais leves, graves, gravissimas e mortais.

8 — Influência do motivo de relevante valor social ou moral, da emoção violenta e da reciprocidade sôbre a punição do autor da lesão corporal.

9 — Lesão corporal culposa; condições e circunstâncias em que a pena do autor é aumentada.

10 — Delito de contágio venéreo. Condição essencial ao exercício da ação penal.

11 — Perigo de contágio de moléstia grave e perigo de vida ou saúde alheias.

12 — Abandono de pessôa incapaz. Majoração da pena. Exposição ou abandono de recenascido. Recusa de assisência à criança abandonada ou extraviada e omissão de socorro a ferido, inválido, desamparado ou quem esteja em perigo grave e iminente.

13 — Máus tratos infligidos à pessôa que esteja sujeeita à autoridade, guarda ou vigilância do delinquente. Variantes da qualificação e da penalidade dêsse crime de acôrdo com as consequências dos máus tratos.

14 — Participação de rixa, suas espécies.

15 — Calúnia. Exceptio veritatis; casos em que a prova de ser verdadeiro o fato imputado não justifica o crime.

16 — Difamação. Única hipótese em que se permite a exceção da verdade.

17 — Injúria. Injúria real, por violência ou vias de fato que aviltem o ofendido.

18 — Condições especiais que aumentam a pena da calúnia. Injúria e difamação. Condições necessárias ao exercício da ação penal nos crimes contra a honra e efeitos da retratação nesses crimes.

19 — Constrangimento à liberdade de outrem. Efeitos da participação criminosa e do uso de armas nesse crime. Crime de ameaça. Sequestro pessoal, cárcere privado. Escravidão de fato.

20 — Violação de domicílio. Conceito socioló-

gico e legal de domicílio. Circunstâncias e condições que aumentam a pena dêsse crime.

21 — Viciação, sonegação ou destruição de correspondência epistolar. Violação de comunicação telegráfica, radiotelegráfica ou telefônica. Inconfidência de sócio, comerciário ou industriário.

22 — Divulgação de segrêdo alheio. Violação de segredo profissional. Condição essencial ao exercício da ação penal nesse crime.

23 — Do furto. Conceito do furto em filosofia penal, na história e em legislação comparada. Rapina. Furto, pelo condomino, de coisa comum.

24 — Roubo. Circunstâncias em que a pena de roubo é aumentada. Latrocínio.

25 — Extorsão, suas espécies. Efeitos da co-autoria ou emprêgo de armas na penalidade da extorsão. Extorsão com sequestro, lesão corporal ou morte do ofendido.

26 — Supressão ou deslocação de sinais divisórios de propriedade territorial. Usurpação de aguas alheias. Esbulho possessório. Supressão ou alteração de marcas de

animais.

27 — Crime de dano. Várias espécies de dano simples e qualificado. Dano à coisa de vaolr artístico, arqueológico ou histórico. Alteração de local especialmente protegido. Condições de exercício da ação penal em crime de dano.

28 — Apropriação indébita. Várias modalidades dêsse crime.

29 — Estelionato, abuso e especulação contra incapazes. Fraude e abuso no comércio, especialmene na fundação e administração de sociedade por ações. Outras fraudes.

30 — Receptação dolosa e culposa.

31 — Efeitos do parentesco entre o ofendido e o autor quanto à punibilidade e ao exercício da ação penal nos crimes contra o patrimônio.

32 — Violação de privilégio de invenção. Simulação de privilégio sôbre indústria, modêlo ou desenho. Exploração indébita de modêlo ou desenho privilegiado.

33 — Violação do direito de marca comercial ou industrial, uso indébito de armas, bra-

zões e distintivos públicos, uso ou exploração de marca com indicação de falsa procedência. Requisitos necessários ao exercício da ação penal.

34 — Violação de direito autoral e usurpação de nome ou pseudônimo.

35 — Concurrência e propaganda desleais. Ação penal.

36 — Atentado contra a liberdade de trabalho e de associação. Greve violenta e em obra pública ou serviço de interêsse coletivo. Boicotagem violenta. Invasão de estabelecimento comercial ou industrial. Sabotagem.

37 — Fraude ou violência contra o direito trabalhista ou nacionalização do trabalho. Trabalho com infração de decisão administrativa. Aliciamento de emigrantes e de trabalhadores com o fim de transportá-los.

38 — Crime contra o sentimento religioso.

39 — Crime contra o respeito aos mortos.

40 — Estupro e atentado violento ao pudôr.

41 — Cópula e atentado ao pudôr mediante fraude.

42 — Sedução de mulher menor e corrução de menorees.

43 — Rapto; rapto violento, fraudulento e consensual. Minorante do crime de rapto. Efeito do concurso de outro crime com o de rapto.

44 — Qualificação e presunção da violência nos crimes contra os costumes. Ação penal e efeitos do casamento subsequente nesses crimes.

45 — Lenocínio e tráfico de mulheres. Organização universal do caftismo. Mercados de escravas brancas. Convenções internacionais a respeito do caftismo.

46 — Ultraje público ao pudôr.

47 — Bigamia. Casamento com ocultação de êrro essencial. Simulação de casamento e de competência para celebrá-lo.

48 — Adultério. Condições de exercício da ação penal.

49 — Dos crimes contra a filiação.

50 — Dos crimes de abandono da família.

51 — Dos crimes contra o pátrio poder, tutela e curatela.

52 — Dos crimes de perigo comum.

53 — Dos crimes contra a segurança dos meios de transporte e outros serviços públicos. Pirataria.

54 — Dos crimes contra a saúde pública.

55 — Dos crimes contra a paz pública. História dos bandos e quadrilhas de malfeitores, máfias, comorras, gangsters.

56 — Contrafação, alteração, falsificação e amoizacação de dinheiro e crimes análogos.

57 — Falsificação de documentos públicos e detenção de instrumentos a isso destinados

58 — Falso documental e outras falsidades.

59 — Peculato.

60 — Concussão.

61 — Corrução passiva.

62 — Prevaricação. Violência no exercício e abandono de função pública. Resistência e violência à ordem legal. Desacato.

63 — Exploração de prestígio e suborno.

64 — Contrabando e descaminho.

65 — Violência ou fraude contra concorrência pública; subtração ou inutilização de livro ou documento público.

66 — Crimes funcionais do advogado.

67 — Falso testemunho, perícia falsa.

68 — Abuso de poder.

69 — Fuga e arrebatamento de prêso.

70 — Dos demais crimes previstos no Código Penal como sendo contrários à administração da justiça.

71 — Teoria geral das contravenções.

72 — Posição das contravenções no direito brasileiro.

73 — Principais espécies de contravenções.

74 — Características intrínsecas e extrínsecas dos crimes militares. Crimes própria e impropriamente militares.

75 — Penas militares e sua execução.

76 — Traição.

77 — Cobardia.

78 — Espionagem.

79 — Aliciação.

80 — Motim.

81 — Insubordinação.

82 — Usurpação, excesso ou abuso de autoridade militar.

83 — Insubmissão.

84 — Deserção e abandono de posto.

85 — Crimes em matéria de serviço militar a bordo de navio de guerra.

3.ª CADEIRA

DIREITO COMERCIAL

DR. JOAQUIM AMAZONAS
Professor Catedrático

PARTE GERAL

I

1 — Produção. Consumo. Valor. Moeda. A compra e venda. A intromissão entre a produção e o consumo.

2 — Aparecimento do comércio. As caravanas. As feiras. A fixação do comércio. Espécies de comércio.

3 — O comércio praticado individualmente. As corporações. Limitações à responsa-

bilidade do comerciante, individualmente. O aparecimento das sociedades, ou do comércio por forma de prática coletiva.

4 — Conceito do Comércio. Noções várias. Redução à compra e venda: o conceito romano. Stracha e Scaccia. Redução ao transporte: Verri.

5 — Caracteres gerais do comércio: a intromissão e a especulação: Romagnosi. A habitualidade de sua prática: Vidari, Pipia e Siburú.

II

6 — Institutos auxiliarees do Comércio: idéias gerais. Feiras e Mercados. Depositos Francos. Zonas Francas. Armazens Gerais. Associações Comerciais. Juntas Comerciais. Sindicatos. Bolsas de Comércio: a) de títulos; b) de mercadorias. Bancos e Casas Bancárias. Câmaras de Compensação. Caixas de Pensões e Aposentadorias. Estradas de Ferro. Correios. Teelegrafos e Telefones.

III

7 — O fato social. O fato econômico. Prece-

dência do primeiro e preeminência do segundo. Regulação do fato social: o Direito e seu aparecimento na sociedade. Noção do Direito. O Direito na ordem econômica.

8 — Divisão do Direito: Público e Privado. Noção Romana de cada espécie. Persistência dessa noção.

9 — Bipartição do Direito Privado em dois ramos: o Direito Civil e o Direito Comercial.

I V

10 — Razões do aparecimento do Direito Comercial. Seu conceito e desenvolvimento. Caracteres próprios do Direito Comercial: a) internos ou orgânicos; b) externos ou formais.

11 — Classificação do Direito Comercial no quadro geral do Direito: logar de sua enquadração atual.

12 — Criação de um Direito Comercial autônomo: a) subjetivo: razões justificativas; b) objetivo: razões justificativas. Fronteiras entre o Direito Civil e o Comercial.

13 — Tendência à unificação, ou à fusão do

Direito Civil e do Comercial em um só Código de Direieto Privado: a) Teixeira de Freitas (1867), Montanelli e Mancini (1872); b) o exemplo da Suiça. A Inglaterra, os Estados Unidos da América do Norte, etc.

14 — Motivos determinantes da dualidade do Direito Privado: a sua não persistência na época atual.

15 — Objeções ao estabelecimento de um Código Único, e as pretensas dificuldades ao tentamen.

V

16 — Fontes do Direito Comercial: a Lei; os Usos e Costumes; a Equidade; o Interêsse do Comércio; a Analogia; O Direito Científico; a Jurisprudência.

17 — Relações do Direito Comercial com outras ciências: a Economia Política, a Sociologia, o Direito Civil, o Direito Administrativo, etc.

18 — O conteúdo do Direito Comercial: as pessôas, as coisas, as obrigações, as ações. O objeto da cadeira.

V I

19 — O ato de comércio. Noções jurídica e econômica. Dificuldades de um conceito exato. Os sistemas legislativos.

20 — Divisão dos atos de comércio:
a) os atos de comércio, objetivos;
b) os atos de comércio, subjetivos;
c) os atos de comércio, unilaterais ou mixtos;
d) a teoria de ato de comércio acessório.

21 — Os atos de comércio em Direito Brasileiro:
a) as teorias de Ferreira França e Silva Costa;
b) a teoria de Carvalho de Mendonça.

AS PESSÔAS

V I I

22 — O Comerciante: quem poderá sê-lo: a) pessôas físicas; b) pessôas jurídicas.

23 — Sistemas legislativos correntes:

a) o francês ou do exercício habitual;
b) o espanhol ou da inscrição e exercício habitual;

c) o suiço ou de Munzinger, de inscrição obrigatória ou voluntária;
d) o alemão, ou de exercício habitual, para uns, e de inscrição obrigatória, para outros.

24 — O sistema brasileiro:
a) dos comerciantes matriculados;
d) dos de firma inscrita;
c) dos de simples exercício habitual.

25 — Capacidade e incapacidade para comerciar: a) regulação da capacidade; b) incapacidade absoluta ou relativa. Casos de incapacidade absoluta. Casos da relativa.

26 — Proibições de comerciar. Diferenças entre incapacidade e proibição.

27 — As pessôas de Direito Internacional Público e o exeercício do Comércio.

28 — Deveres do Comerciante: a) a firma comercial: sua composição, sua inscrição; b) os livros comerciais: sua obrigatoriedade, sua fôrça probante, sua exibição; c) publicidade dos regimens matrimoniais de bens: casamento e regimes de bens.

VIII

29 — Representação e mandato: conceito do

mandato. Espécies de mandato: a) o mandato geral e sua compreensão; b) o mandato especial: 1) genérico; 2) específico.

30 — A forma do mandato e seu instrumento. Elementos intrínsecos e extrínsecos.

X I

31 — Pessôas auxiliares do comércio:

a) auxiliares independentes: o gerente, os representantes de casas estrangeiras, os comissários, consignatários, agentes e despachantes;

b) auxiliares dependentes: os caixeiros, guarda-livros, caixas, correspondentes, etc.

32 — O contrato de preposição ou de emprêgo: Efeitos:

a) direitos e deveres do patrão e do empregado: o direito a férias: o decreto n.º 23.103, de 19 de Agosto de 1933;

b) estabilidade e manutenção no emprêgo; despedida injusta: a lei n.º 62, de 5 de Junho de 1935. Direito de demissão;

c) a nova consolidação das leis trabalhistas.

X

33 — Os medeadores comerciais:

a) os corretores: função que exercem. Contrato de corretagem: notícia histórica. Sistemas em voga, para o exercício da função de corretor: corretagem livre e corretagem oficial. Classes de corretor; regulamentação da profissão; os livros obrigatórios do corretor, sua escrituração e valor probante.

b) os leiloeiros: função que exercem. Sistemas em voga. Direito brasileiro: regulamentação dessa profissão. Livros que são obrigados a ter. Vendas que realizam, obrigatória ou voluntariamente.

X I

34 — Pessôa jurídica: remissão. O que é sociedade:

a) noção e notícia histórica;

b) espécies de sociedade, várias divisões:

1.ª divisão: civis e comerciais;

2.ª divisão: de pessôas, de capitais e mixtas;

3.ª divisão e nova classificação:

1) quanto ao seu elemento objetivo:
de capital fixo;
de capital variável;

2) quanto ao elemento subjetivo ou pela extensão da responsabilidade dos socios.

35 — O contrato de sociedade e seus elemeentos fundamentais. A personalidade jurídica das sociedades comerciais.

36 — As sociedades irregulares e as de fato.

X I I

37 — As sociedades em nome coletivo: noção e origens, personalidade, caracteres, constituição e forma. A firma e sua formação, administração, direitos e deveres dos socios. Lucros e perdas. Relações entre os socios entre si, e entre êles e a sociedade. Relações da sociedade com terceiros. Fim e extinção da sociedade.

38 — Sociedades em comandita simples: noção, etc. Sociedades de capital e Indús-

tia; noção, etc. Sociedades em Conta de Participação; noção, etc.

XIII

39 — Sociedades por quotas e responsabilidade limitada: noção histórica; sua adoção no Brasil. Estrutura dessa espécie de sociedades. Seu conceito. Modo de organização, requesitos essenciais. Firma ou denominação. Administração: os Gerentes. Possibilidade da admissão de um Conselho Fiscal.

40 — O capital social, nas sociedades por quotas e responsabilidade limitada. Sub-divisão das quotas. Integralização. Os socios quotistas: extensão de sua responsabilidade; solidariedade entre os mesmos. Assembléia de socios: as deliberações. Modo de tamá-las. Princípios subsidiários, determinados na lei, para a organização e para o funcionamento da sociedade por quotas e responsabilidade limitada. Direito comparado: a Inglaterra; Portugal; Alemanha; Itália e França. Outros paises.

XIV

41 — As sociedades anônimas: noção. Origens e desenvolvimento histórico.

42 — Constituição das sociedades anônimas: sua forma. Instrumento especial ou escritura pública. Publicidade legal da constituição. Personalidade jurídica. Relações entre a sociedade e os acionistas.

43 — O sistema brasileiro das sociedades anônimas, através os tempos. Sociedades anônimas cuja constituição depende de autorização dos poderes públicos. Vários sistemas adotados em outros países.

44 — Caracteres diferenciais da sociedade anônima, em relação a outras espécies de sociedades. O capital: as ações e suas espécies: disciplina. Partes beneficiárias.

45 — Administração e fiscalização: a Assembléia geral, a Diretoria, o Conselho Fiscal.

X V

46 — As sociedades em comandita por ações: constituição e forma que deve ter o instrumento de sua constituição. O capital e sua divisão. Administração e fiscalização: a Asseembléia Geral, os Gerentes, o Conselho Fiscal.

X V I

47 — As sociedades de capital variável:

a) as sociedades cooperativas: noção histórica, desenvolvimento dessa espécie de sociedades. Constituição, responsabilidade ilimitada ou limitada. Capital; sua formação. Admissão e exclusão de socios. Administração. Operações. Espécies de sociedades cooperativas. A lei brasileira.

b) as sociedades mutuas seguradoras: história e desenvolvimento. Constituição e publicidade legal. Direitos e Deveres dos socios. Sociedades de Direito Civil, podendo afetar forma comercial.

XVII

48 — As sociedades sem capital: os sindicatos. As sociedades de crédito agrícola.

XVIII

49 — Fusão e incorporação de sociedades. Dissolução das sociedades comerciais. Liquidação e divisão do ativo social. Quando haja insuficiência do ativo: como agir. Estudo da matéria segundo as várias espécies de sociedade.

AS COISAS

X I X

50 — O estabelecimento comercial. Noção: generalidades. Sinonímia estrangeira. Liberdade de fundação. Caracteres jurídicos. Compreensão do estabelecimento: insignias e emblemas, nome ou denominação, marcas, mercadorias, máquinas, freguezia, etc.

51 — Transferência do estabelecimento comercial ou industrial. Forma dessa transferência. Proibição ao vendedor para se estabelecer novamente. A concurrência desleal: em que consiste, proibição: inexistência de leis especiais. O exemplo de outras nações. Direito à indenização: aplicabilidade do Código Civil.

X X

52 — Mercadorias: generalidades. Distinção entre coisa, produto e mercadoria, no direito antigo e no moderno. Mercadoria em sentido próprio: coisas fungíveis e infungíveis. Prevalência, no comércio, das coisas fungíveis. Mercadorias em espécie e em gênero: condições, verificação e valor.

53 — Moeda e dinheiro. Aparecimento da moeda. Valor intrínseco desta. Economicamente, instrumento de troca; juridicamente, mercadoria e, como tal, objeto de contratos. Atos de comércio sôbre dinheiro.

X X I

54 — O crédito: noção. Elementos essenciais. Efeitos. Importância econômica e social.

55 — Créditos confirmados: teoria jurídica. Crédito contra documentos: exame dêstes; responsabilidade do pagador.

56 — Títulos de crédito: noção. Caracteres. Instrumento. Fundamento da obrigação. Emissão e espécies.

57 — Os títulos de crédito nominativos e os à ordem. Circulação. Constituição de direitos reais sôbre êsses títulos: penhor ou caução. Vencimento do título. Pagamento. Falta de pagamento. Reivindicação dos à ordem. Anulação dos títulos de crédito.

58 — Títulos de crédito ao portador: conceito. Noção histórica. Natureza jurídica.

59 — Momento de formação do vínculo obriga-

cional, nos títulos ao portador: as teorias bilaterais.

60 — Momento de formação do vínculo obrigacional, nos títulos ao portador: as teorias unilaterais.

61 — Fundamento da transmissão da propriedade do título ao portador. Natureza do título acessório, aos títulos ao portador.

62 — Disciplina do título ao portador: requesitos, forma, emissão. Conversão dos nominativos em títulos ao portador. Extinção: pagamento, conversão em nominativos, prescrição, destruição.

XXII

63 — Debentures ou obrigações ao portador. Sua disciplina especial.

XXIII

64 — Notícia histórica sôbre a cambial. A letra de câmbio no Direito brasileiro. As escolas históricas sôbre a letra de câmbio: a italiana, a francesa, a germânica.

65 — Tendência unificadora do Direito cambiário: as conferências internacionais de Haya, de 1910 e 1912. A conveção unifi-

cadora. Lei uniforme sôbre a cambial.

66 — A obrigação cambial, no conceito moderno. O conceito atual da cambial.

67 — Conceito da letra de câmbio: pessôas que nela figuram ou podem figurar. Requesitos essenciais. A questão da data. Direito e obrigações cambiais. Cláusulas inadmissiveis na letra de âcmbio.

68 — O saque e a aceitação da letra de câmbio. Modalidades do saque ou emissão. Aval da letra de câmbio: responsabilidade do avalista. Capacidade para emitir, endossar, aceitar ou avalizar letras de câmbio.

69 — Modo especial de transmissão da propriedade da letra de câmbio: o endôsso e suas espécies. Endôsso posterior ao vencimento: si vale e como. Efeitos do endôsso próprio, translativo da propriedade da letra de câmbio. Outras modalidades do endôsso e seus efeitos.

70 — Vencimento da letra de câmbio. Pagamento, falta de aceitação ou de pagamento. Protesto por falta de aceitação ou de pagamento: efeitos. Direito de regresso. Ação cambiária, defesa admissivel.

71 — A nota promissória: noção histórica. Conceito, requesitos, natureza, modalidades de sua emissão, capacidade para emitir, endossar, ou avalizar; protesto; semelhanças e desemelhanças entre êsse título e a letra de câmbio.

72 — A cambial com firmas de pessôas incapazes. A cambial com firmas falsas ou falsificadas, e com firmas verdadeiras.

73 — A cambial emitida, endossada ou avalizada por mandatário.

XXIV

74 — Cheque: conceitos, econômico e jurídico. Notícia histórica. Legislação brasileira. Emissão de cheque: modalidades. Pressupostos do cheque. Requesitos, circulação, pagamento do cheque.

75 — O cheque cruzado. Vantagens do uso do cheque. Câmaras de Compensação. Outras espécies de cheque. Uniformidade do direito sôbre o cheque.

76 — O cheque circular. Notícia sôbre o seu aparecimento, prática e desenvolvimento. Noção jurídica. Conceito. Pressuposto. Relações originárias. Requesitos intrínse-

cos essenciais. Transmissibilidade. Pagamento. Capacidade emissora do cheque circular. Disposições de Direito Administrativo.

XXV

77 — Nome, em geral. Direito ao nome. Natureza dêsse direito. Nome comercial. Modos de constituí-lo. Modos de transmissão. Perda do nome. Sanções civis, na matéria; sanções penais.

OBRIGAÇÕES E CONTRATOS

XXVI

78 — Negócio jurídico: noção. Nasce da declaração da vontade. Obrigação e seu conceito: espécies. Distinção entre as civis e as comerciais. Sujeitos da obrigação. Origem ou fonte das obrigações. Modos de extinguí-las.

XXVII

79 — O contrato: o que seja. Um pouco de história. Capacidade para contratar. Objeto. Forma prescrita na lei.

80 — Manifestação das vontades das partes, na conclusão dos contratos. Divisão dos contratos. Fontes dos contratos comerciais. Prova. Vícios da vontade.

XXVIII

81 — Contratos entre presentes. Possibilidade de concluir os contratos por correspondência. O Direito Romano. O Direito moderno. Que contratos poderão ser concluidos por correspondência.

82 — Momento de formação do vínculo obrigacional, nos contratos por correspondência. Teorias diversas: a) a da informação; b) a da agnição e suas sub-teorias; c) a mixta ou de Windscheid e Bluhme; d) a de Koepen.

83 — Revogação da oferta ou da aceitação, nos contratos por correspondência. Morte ou perda da capacidade de uma das partes. Efeitos do silêncio, na conclusão dos contratos por correspondência. Controvérsias do Direito Internacional Privado.

XXIX

84 — A teoria da vontade unilateral, como fonte geradora das obrigações.

XXX

85 — O contrato de compra e venda mercantil: generalidades. Natureza jurídica. Transferência da propriedade do objeto: sistemas romano e francês. Tradição real, ou simbólica.

86 — A venda em massa. A venda a pêso, número e medida. O preço e seu pagamento. Vícios da coisa. Garantias pela evicção.

87 — As faturas ou contas assinadas: duplicatas. Histórico da regulamentação dêsse título. O Código de 1850. A legislação republicana. A legislação em vigor: seu sistema.

XXXI

88 — Os contratos de bolsa: 1) o de riporto: notícia histórica, noção, elementos, natureza jurídica.

89 — Os contratos de bolsa: 2) os contratos a termo. A venda de coisas futuras. Notícia histórica, noção, elementos, natureza jurídica de tais contratos.

90 — Os contratos de bolsa: 3) os contratos di-

ferenciais. Notícia histórica, noção, elementos, natureza jurídica.

XXXII

91 — Os contratos de abertura de crédito e de conta corrente: notícia histórica, noção, elementos, natureza jurídica de cada um dêles.

XXXIII

92 — O contrato de depósito: depósito regular e depósito irregular. Depósito de dinheiro em bancos. Notícia histórica, noção, elementos, natureza juídica do contrato.

XXXIV

93 — O depósito de mercadorias em armazens gerais. Os armazens gerais e sua organização. Funções e vantagens dêstes armazens.

94 — Sistemas diversos de organização dos armazens gerais. Os WARRANTS: estudo detalhado dêste título.

XXXV

95 — Os contratos de garantia: 1) o penhor:

notícia histórica, noção, elementos, natureza jurídica.

96 — Os contratos de garantia: 2) a canção de títulos: notícia histórica, noção, elementos, natureza jurídica.

97 — Os contratos de garantia: 3) o de fiança: notícia histórica, noção, elementos, natureza jurídica.

XXXVI

98 — O contrato de seguro. Sua origem e história. Noção, elementos, forma, natureza jurídica.

99 — Espécies de seguro. Seguro sôbre a vida e seguro contra os danos.

100 — Seguro contra os acidentes no trabalho. Obrigações do patrão.

XXXVII

101 — O contrato de transporte, especialmente o ferroviário, tanto de pessôas, como de mercadorias: notícia histórica, noção, elemeentos, natureza jurídica.

XXXVIII

102 — O contrato de subministração de serviços

públicos: notícia histórica, noção, elementos, natureza jurídica.

XXXIX

103 — A prescrição em matéria comercial.

4.ª CADEIRA

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

DR. MARIO PESSÔA
Professor Catedrático Interino

1 — Noção do Direito Internacional público. Sua fôrça obrigatória. Comunidade do Direito Internacional público.

2 — Direito Internacional público e direito interno. O costume internacional.

3 — Os sujeitos do Direito Internacional Público. A capacidade jurídica internacional.

4 — Nascimento e reconhecimento dos Estados. Fim da vida internacional dos Estados.

5 — A sucessão de Estados. Proteção das minorias.

6 — O Poder do Estado. Intervenção e isolacionismo.

7 — A população. Os estrangeiros.

8 — Diferentes formas de Estados. Associações de Estados: uniões pessoais e união real.

9 — Estados federais e confederação de Estados.

10 — Hierarquia de Estados: o Estado vassalo e o Estado protegido.

11 — Situação internacional da Santa Sé antes e depois dos acordos de Latrão. Condição jurídica da cidade do Vaticano.

12 — Os direitos e os deveres dos Estados. Soberania e personalidade.

13 — Reação contra a teoria individualista. Necessidade de um direito objetivo.

14 — O território do Estado. Servidões internacionais.

15 — O alto mar. Mar territorial e mar nacional.

16 — Rios e canais internacionais.

17 — O domínio aéreo. Nacionalidade das aeronaves. As aeronaves fora do ar nacional.

18 — Os órgãos das relações internacionais. Os agentes diplomáticos.

19 — Os cônsules. Organizações dos consulados.

20 — As relações jurídicas internacionais. Os tratados.

21 — As principais espécies de tratados internacionais. Os tratados politicos e os tratados coletivos de interêsse econômico e social dos Estados.

22 — O delito internacional. Responsabilidade do Estado. Teorias. Consequência jurídica de um delito internacional.

23 — Direito de necessidade. Direito de represálias.

24 — O direito preventivo da guerra. Negociações diplomáticas. Bons ofícios e mediação.

25 — A arbitragem. Diferentes formas de arbitragem. A Côrte permanente de arbitragem de Haya.

26 — A Côrte permanente de Justiça internacional. Sua organização e seu funcionamento.

27 — A União Panamericana. Desenvolvimento do panamericanismo. Interamericanismo.

28 — A Sociedade das Nações. Sua natureza jurídica. Sua organização.

29 — O problema do desarmamento. O pacto de Paris (pacto de Briand-Kellogg).

30 — A guerra. O direito de guerra; suas fontes. Violações do direito de guerra.

31 — O comêço da guerra. Efeitos do comêço da guerra em relação aos Estados.

32 — Influência da guerra sôbre as relações jurídicas dos inimigos. A guerra econômica.

33 — Fim da guerra. Tratado de paz. Indenização de guerra.

34 — A guerra terrestre. Beligerantes e não beligerantes. As fôrças beligerantes.

35 — Os métodos de guerra. Os atos de guerra proibidos pelo Regulamento de Haya.

36 — Assédios e bombardeamentos.

37 — Represálias. O costume internacional no tocante às represálias.

28 — Prisioneiros de guerra. Os prisioneiros militares.

39 — Os prisioneiros civis. Os réfens.

40 — Os doentes e os feridos. Leis costumeiras e convencionais relativas aos doentes e os feridos. Formações e estabelecimentos sanitários. Os mortos.

41 — A ocupação militar. Organização geral do país ocupado.

42 — Os habitantes do território ocupado. As pessôas. Os direitos fundamentais da personalidade humana.

43 — Os bens. O respeito da propriedade privada.

44 — Necessidades estratégicas. Requisições e contribuições.

45 — Os bens do Estado e estabelecimentos públicos. Os caminhos de ferro.

46 — A guerra aérea. Como se caracteriza a guerra aérea. Atos permitidos ou proibidos quer ao Estado subjacente quer ao aviador. Os raids aéreos.

47 — A guerra marítima. Os navios de guerra e os navios auxiliares. Os submarinos.

48 — Bombardeamento de localidades não defendidas. Minas e torpedos. Bloqueio.

49 — A guerra ao comércio. Os navios de comércio, de pesca, postais e hospitalares.

50 — A propriedade privada inimiga sob pavilhão inimigo.

51 — A visita. A prêsa e o julgamento das prêsas.

52 — Os Estados neutros e os Estados neutralizados.

53 — Caracteres gerais da neutralidade. Os direitos e obrigações da neutralidade.

54 — A propriedade privada neutra sob pavilhão inimigo. A propriedade privada inimiga sob pavilhão neutro.

55 — O contrabando de guerra.

56 — A visita e o comboio dos navios neutros.

57 — A tomada e a destruição dos navios neutros. A assistência hostil.

58 — As relações diplomáticas dos beligeran-

tes e dos neutros. Espionagem e quinta-coluna.

59 — Os ensinamentos das duas guerras universais. As sanções e reparações.

60 — O futuro do Direito Internacional.

Faculdade de Direito do Recife

PROGRAMA DE ENSINO

DAS CADEIRAS DO

4. ANO

1ª. Cadeira — DIREITO DAS COUSAS.....3
Prof. Gondim Neto

2ª. Cadeira — DIREITO COMERCIAL.....11
Prof. Abgar Soriano

3ª. Cadeira — DIREITO JUDICIÁRIO CIVIL..... 37
prof. Mario de Souza

4ª. Cadeira — MEDICINA LEGAL.. 49
prof. Edgar Altino

1944

DIREITO DAS COUSAS

PROGRAMA DE DIREITO CIVIL DO 4.º ANO

1.ª CADEIRA

DR. GONDIM NETO
Professor catedrático

Do direito das cousas:

1 — Caracteres dos direitos reais; sua distinção dos demais direitos patrimoniais.

2 — Direitos reais na cousa alheia.

Das diferentes classes de bens:

3 — Dos bens considerados em si mesmos.

4 — Dos bens reciprocamente considerados.

5 — Dos bens públicos e particulares. Das cousas fora do comércio.

6 — Das cousas singulares e coletivas.

7 — O patrimônio em seus diferentes sentidos. Crítica da doutrina francesa do patrimônio.

Da posse:

8 — A posse no direito romano, medieval e moderno, sua natureza jurídica e requisitos.

9 — O *animus possidendi*: teorias.

10 — O *corpus possessionis*: teorias.

11 — Classificação da posse.

12 — As posses direta e indireta dos Códigos Civis brasileiro e alemão. Composse.

13 — Da posse de direitos e de estado.

14 — Aquisição e perda da posse.

15 — Dos efeitos da posse. Direitos e deveres dos possuidores de boa e de má fé.

16 — Fundamento da proteção possessória e origem dos interdictos.

17 — Dos interdictos romanos, especialmente os possessórios.

18 — Das ações possessórias em direito brasileiro; sua duplicidade. Do chamado efeito recuperatório do *interdictum retinendae*. Da exceção de domínio. Os possuidores direto e indireto no processo.

Do domínio

19 — Noção da propriedade romana e moderna.

20 — Caracteres, objeto, conteúdo e espécies.

21 — Limitações ao direito de propriedade.

22 — Dos direitos de vizinhança.

23 — Do condomínio.

24 — Direitos e deveres dos condôminos.

25 — Administração e divisão da cousa comum.

26 — Condomínio de paredes, muros, cêrcas e valas. Do compáscuo.

Da aquisição e perda do domínio:

27 — Aquisição originária e derivada. *Modus* e *titulus adquirendi*.

28 — Da tradição.

29 — Da transcrição, sua compreensão e seus efeitos.

30 — História, espécies e requisitos do usocapião.

31 — Da ocupação e da especificação.

32 — Da accessão, do tesouro, da invenção e da confusão.

33 — Perda da propriedade imóvel. Da desapropriação. Do domínio resolúvel.

Dos direitos de autor:

34 — Propriedade literária, científica e artística: história e teorias.

35 — Direitos do autor e do editor.

36 — Colaboração e cessão de direitos autoraes.

37 — Garantias do direito autoral.

Da Enfiteuse:

38 — Noção do direito de enfiteuse.

39 — Objeto e duração da enfiteuse. Sub-enfiteuse.

40 — Direitos e deveres do enfiteuta e do proprietário.

41 — Modos de constituição e extinção da enfiteuse.

Das servidões prediais:

42 — Noção e requisitos das servidões prediais.

43 — As várias espécies de servidões. Crítica da divisão das servidões em reais e pessoais. Servidões irregulares?

44 — Direitos e deveres dos proprietários dos prédios dominante e serviente.

45 — Da indivisibilidade das servidões.

46 — Modos de constituição e extinção das servidões prediais.

47 — Tutelas do direito de servidão.

Do Usufruto:

48 — Noção e espécies de usofruto.

49 — Do objeto do usofruto. Quasi-usofruto.

50 — Direitos e deveres do usofrutuário.

51 — Modos de constituição e extinção do direito de usofruto.

Uso, Habilitação e Rendas sôbre imóveis

52 — Noção do direito de uso no direito romano e brasileiro. Da habitação.

53 — Das rendas constituidas sôbre imóveis.

Dos direitos reais de garantia:

54 — Do penhor; penhor comercial e legal.

55 — Direitos e deveres do credor e do devedor pignoratícios.

56 — Do penhor agrícola, pecuário e de títulos.

57 — Modos de constituição e extinção do direito de penhor.

Da Anticrese:

58 — Noção do direito de anticrese.

59 — Direitos e deveres do credor e do devedor anticréticos.

60 — Da constituição e da extinção da anticrese.

Da Hipoteca:

61 — Noção do direito de hipoteca.

62 — Objeto e espécies de hipoteca.

63 — Indivisibilidade hipotecária.

64 — Da remissão e da execução da hipoteca.

65 — Da hipoteca convencional. Constituição, inscrição e cancelamento.

66 — Hipoteca legal: pessoas beneficiadas, especialização e inscrição.

67 — Hipoteca judiciária. Hipoteca de vias férreas, de navios e de aeronaves.

Do registro de imóveis

68 — Do registro de imóveis no Brasil. Direito comparado.

2.ª CADEIRA

DIREITO COMERCIAL

DR. ABGAR SORIANO
Professor Catedrático Interino

PRIMEIRA PARTE

DIREITO MARÍTIMO E AÊREO

— I —

1 — O comércio marítimo: — conceito, história e importância.

2 — Divisão do comércio marítimo, consoante as circunstâncias de lugar, tempo, modo e objeto.

3 — O comércio aéreo: — conceito, história e importância.

— II —

4 — Liberdade dos mares. Águas territoriais: — doutrinas que procuram determinar a linha divisória.

5 — O espaço aéreo. Doutrinas sôbre o assunto. Áreas territoriais.

6 — Restrições ao comércio marítimo e ao aéreo em tempo de paz: — polícia de segurança, polícia sanitária e polícia aduaneira.

7 — A navegação mercante brasileira e sua divisão: — de longo curso, de grande cabotagem, de pequena cabotagem, interior, exterior e fluvial-exterior.

8 — Navegação de cabotagem: — conceito, objetivo e requisitos.

— III —

9 — Direito marítimo: — conceito e classificação.

10 — Direito comercial marítimo: — objeto.

11 — Caractéres do direito marítimo: — estabilidade, uniformidade e simplicidade. O problema da unificação.

12 — Fontes do direito marítimo: — classificação.

13 — Direito aéreo: — princípios dominantes. O código brasileiro do ar (Decreto-Lei n. 483, de 8 de junho de 1938).

— IV —

14 — Embarcação e navio: — conceito e divisão.

15 — Estrutura física do navio: — o casco e os acessórios. Indivisibilidade do navio.

16 — Natureza jurídica do navio e da aeronave. Individualidade e nacionalidade. Condições de nacionalização: — prerrogativas.

17 — Registro do navio e sua necessidade. Formalidades.

18 — Da matrícula ou rol de equipagem: — conteúdo. Renovação e lugar da matrícula.

19 — Classificação dos navios e sua inscrição no Registro Marítimo. Sociedades de

classificação: — Lloyd's Register, Bureau Veritas, etc.

— V —

20 — Propriedade do navio e da aeronave: — modos e títulos de aquisição. Modos especiais de direito público, de direito marítimo e de direito privado.

21 — Da construção: — autorização e vistoria. Modalidades do contrato: — a jornal, administração ou conta própria, e por empreitada. As duas fórmas de empreitada: — consequências legais e natureza do contrato.

22 — Do abandono liberatório: — conceito. Quem pode fazer o abandono liberatório: — distinções. Objeto do abandono liberatório e o que dêle se exclue. Fórma do abandono liberatório. Consequências jurídicas. Distinção entre abandono liberatório e sub-rogatório.

23 — Fórmas de propriedade. Requisitos e exclusões. Propriedade singular e coletiva. Sistemas de divisão. Fórmas de propriedade coletiva.

24 — Da parceria marítima: — conceito e ma-

dalidades. Administração. Funções e prerrogativas do caixa. Relações entre êste e os parceiros. Relações dos parceiros entre si. Responsabilidade dos compartes entre si e em face a terceiros. Dissolução da parceria.

25 — Responsabilidade direta e responsabilidade reflexa do proprietário: — sistemas de limitação.

— VI —

26 — Da armação: — conceito. Em que se distingue da propriedade. Duplo sentido da expressão. Exigência legal.

27 — Fórmas ou espécies de armação.

28 — Do armador-proprietário e extensão da responsabilidade.

29 — Do armador-gerente: — natureza jurídica. Poderes. Restrição no tocante à alienação e ao abandono. Responsabilidade do proprietário.

30 — Do armador-afretador: — natureza jurídica. Distinção de responsabilidades.

31 — Agentes da armação: — conceito e divisão.

32 — Dos agentes terrestres ou consignatários: — natureza jurídica e funções.

— VII —

33 — Do pessoal marítimo: — tripulação ou equipagem. Discriminação. Número da equipagem e sua determinação. Matrícula do pessoal e por quem é êste contratado.

34 — O termo de ajuste e o rol da equipagem. Modalidades do ajuste. Natureza jurídica do contrato de engajamento.

35 — Direitos e deveres da tripulação.

36 — Terminação do contrato. Rutura dêste: — distrato e rescisão. Rescisão por fatos imputáveis ao armador, capitão, ou proprietário, por fatos imputáveis ao tripulante e por casos de fôrça maior.

— VIII —

37 — Do capitão ou comandante: — classificação e requisitos.

38 — Duplicidade de caráter da atuação do comandante: — funções públicas e privadas.

39 — Atribuições de caráter público: — poderes de autoridade policial, de oficial do registro civil, de notário e de juiz.

40 — Atribuições de caráter privado: — como proprietário, comparte ou membro de uma sociedade; como locador de serviços; como mandatário e como depositário.

41 — Natureza jurídica das respectivas funções: — comerciante ou simples auxiliar de comércio?

42 — Direitos e deveres do capitão, antes, durante e depois da viagem.

43 — Da barataria ou ribaldia: — noção.

44 — Da cessação das funções do capitão: — casos.

— IX —

45 — Da viagem: — conceito e espécies.

46 — Dos acidentes da navegação: — discriminação.

47 — Da arribada forçada: — conceito e casos em que se justifica. Formalidades

processuais: — protesto e justificação. Consequências jurídicas da arribada.

48 — Da abalroação: — conceito e caracteres. Espécies. Regras peculiares a cada espécie.

49 — Da variação e do encalhe: — Conceito e distinção.

50 — Do naufrágio: — espécies e conceito. Dos salvados.

51 — Da assistência e do salvamento: — diferenciação e natureza jurídica. Obrigatoriedade da assistência. Remuneração: — casos em que cabe e como se regula.

— X —

52 — Das avarias: — conceito e classificação.

53 — Das avarias particulares: — conceito. Fatos que as podem determinar. Consequências jurídicas.

54 — Das avarias comuns: — conceito e requisitos. Fundamento jurídico e feição convencional. Classificação e casos.

55 — Da contribuição: — conceito e fundamento jurídico. Regime de contribuição.

56 — Da liquidação: — conceito e operações. A massa ativa e a massa passiva. Cálculo de contribuição.

57 — Da ação de avarias: — processo e prescrição.

— X I —

58 — Do contrato de transporte: noção geral.

59 — Do transporte de coisas: — fretamento. Definição dêsse contrato. Espécies e modalidades. Natureza jurídica do contrato e elementos.

60 — Do fretamento total e seu instrumento: — a carta partida. Fórma e enunciação dêsse instrumento. Endossabilidade da carta partida.

61 — Do fretamento parcial e seu instrumento: — o conhecimento de carga. Fórma e enunciações do conhecimento. Natureza jurídica do conhecimento. Modos de emissão. Efeitos do conhecimento.

62 — Da execução do contrato de fretamento e respectivas operações: — carregamento, arrumação, transporte, descarga e entrega da mercadoria. Direitos e obrigações das partes nas diversas fases da

viagem e em relação a cada uma daquelas operações. Do pagamento do frete: — quem paga e quem recebe, onde, quando, em que moeda, sôbre que e quando cessa a obrigação de pagamento.

— X I I —

64 — Do transporte de passageiros: — analogia e diferenças com o fretamento parcial. Natureza jurídica do contrato.

65 — Formação do contrato: — consenso das partes e bilhete de passagem. Contratato de adesão.

66 — Dos direitos e das obrigações dos contratantes, antes, durante e finda a viagem.

67 — Das cláusulas limitativas de responsabilidade do transportador.

68 — Da rescisão do contrato.

— X I I I I —

69 — Do contrato de seguro marítimo: — conceito, elementos e natureza jurídica.

70 — Espécies: — a prêmio e mútuo, limita-

do e ilimitado, parcial e total, separado e conjunto (subjetiva e objetivamente), isolado e flutuante, etc.

71 — Formação do contrato e respectivo instrumento: — a apólice. Objeto do contrato.

72 — Direitos e obrigações do segurador e do segurado: — o prêmio e a indenização.

73 — Riscos e sinistros: — distinção. Quais os riscos idenizáveis pelo segurador. Duração dos riscos.

74 — Da indenização. Perda total e perda parcial. Da perda total real e da legal. Da perda parcial ou avaría: — particular ou comum. Das franquias. Tempo e lugar de pagamento da indenização.

75 — Do abandono sub-rogatório: — noção e natureza jurídica. Casos. Fórma e efeitos.

76 — Da resolução do contrato e principais causas: — mútuo acôrdo, inexecução, insolvência do segurador, nulidade, prescrição e cassação da autorização de funcionamento da sociedade seguradora.

— X I V —

77 — O crédito e as operações marítimas. Fórmas antigas e modernas: a comanda, o câmbio marítimo, a hipotéca naval, o penhor, etc.

78 — Classificação dos créditos: — reivindicantes, privilegiados, hipotecários e quirografários.

79 — Graduação dos créditos privilegiados: prelação e rateio. As regras dos artigos 472 a 474 de Código Comercial.

80 — Incidência dos títulos creditórios: — o navio e seus acessórios, o frete, as mercadorias da carga e as soldadas.

81 — Da hipotéca naval: — a sua posição no direito brasileiro. Fórma de constituição. A indivisibilidade da hipotéca. Requisitos do contrato hipotecário. Da inscrição e da averbação. Efeitos da hipotéca.

82 — Da anticrese e do penhor do navio: — a sua posição no direito brasileiro.

83 — Do câmbio marítimo ou empréstimo de dinheiro a risco: — conceito. Ligeiro esbôço histórico. Modalidades: — necessário e voluntário. Elementos essenciais

do contrato. Natureza jurídica do contrato. Características próprias dessa espécie contratual. Do dador e do tomador: — seus direitos e obrigações. Decadência do instituto.

SEGUNDA PARTE

DIREITO FALENCIAL

— X V —

84 — Do instituto falencial: — aspectos econômico e jurídico.

85 — Orígens da falência. Filiação do atual processo a institutos do direito romano.

86 — Histórico do direito falencial na Idade Média e nos tempos modernos.

87 — Concepção antiga e moderna do processo falencial.

88 — Caracterização da falência.

— X V I —

89 — O estado de fato e o estado de direito da falência.

90 — Pressupostos da falência.

91 — Concepções da falência: — a latina, a germânica e a anglo-saxônia. O direito brasileiro: — sistema adotado e respectivas exceções. Das obrigações civis.

92 — Feição unitária do processo falencial. Processo excepcional de natureza indivisível.

— X V I I —

93 — A declaração judicial da falência: — motivos determinantes, ou causas, que dão lugar à declaração.

94 — Dos que podem e dos que não podem requerer a falência.

95 — Do juizo competente para declarar a falência. Dos estabelecimentos autônomos, dos ambulantes e dos empresários de espetáculos públicos. Unidade e indivisibilidade do juizo falencial.

96 — Do processo preliminar: — diferenciação de ritos consoante os fundamentos legais do pedido.

97 — Da sentença declaratória: — formalidades e publicidade. Recursos cabiveis:

— agravo de instrumento e embargos. Do agravo resultante de julgamento dos embargos. Caso especial de agravo de petição.

98 — Da sentença denegatória e recurso cabível. Feição especial da sentença denegatória. Efeitos da sentença denegatória quanto ao requerente da falência.

99 — Do sujeito passivo da falência: — o comerciante. Falência dos comerciantes falecidos e dos que se retiraram da atividade mercantil. Falência dos não comerciantes: — a tendência sôbre o assunto e a doutrina brasileira.

100 — Falência das sociedades mercantis: — observações quanto aos sócios das em nome coletivo, em comandita, capital e indústria em conta de participação, por quotas de responsabilidade limitada, anônimas, comandita por ações e cooperativas. Dos sócios distratados das sociedades não dissolvidas. Das sociedades de fato e das irregulares.

— XVIII —

101 — Efeitos jurídicos da sentença declaratória

ria: — civís e penais. Da massa subjetiva e da objetiva.

102 — Dos efeitos civís quanto aos credores: — concurso creditório. Credores excluidos do concurso e credores excluidos do processo falencial. Intervenção dos credores no processo falencial. Dos menores e interditos. Da suspenção das ações e execuções individuais. Do vencimento antecipado das dívidas do falido e observações quanto aos títulos cambiais. Exceções à antecipação do vencimento. Da não fluência de juros e respectivas exceções. Dos fiadores do falido. Dos credores por obrigação solidária. Ação regressiva das massas dos co-obrigados falidos. Dos co-devedores solventes. Direitos dos credores no processo falencial.

— X I X —

103 — Dos efeitos civís quanto à pessôa do falido: — deveres do falido e respectiva discriminação.

104 — Dos administradores e liquidantes das sociedades de responsabilidade limitada.

105 — Da ausência do falido.

106 — Da revelia do falido.

107 — Da prisão administrativa do falido: — processo e recursos.

108 — Direitos do falido. O exercício do comércio e de qualquer indústria ou profissão. Remuneração ao falido.

— X X —

109 — Dos efeitos civís quanto aos bens do falido. Bens compreendidos na falência. Administração e disponibilidade dêsses bens.

110 — Dos bens não compreendidos na falência. Dos bens próprios e particulares da mulher e dos filhos do falido.

— X X I —

111 — Dos efeitos civís quanto aos contratos do falido: — unilaterais e bilaterais.

112 — Da conta-corrente e seu encerramento.

113 — Do contrato de sociedade: — dissolução e efeitos.

114 — Do mandato e da comissão: — hipóteses.

115 — Da compensação: — exceções. Da prescrição.

— X X I I —

116 — Dos efeitos civis quanto aos atos do falido praticados anteriormente à declaração da falência: — atos ineficazes e atos revogáveis. Distinção dêsses atos quanto à prova de fraude.

117 — Dos meios judiciais utilizáveis. Da ação revocatória: — proponente, contra quem pode ser proposta, juizo competente, rito, recurso cabível e prazo de prescrição. Da perda do direito à revocatória. Do sequestro dos bens em poder de terceiros e recurso cabível.

— X X I I I —

118 — A administração da falência: — o síndico e o liquidatário.

119 — O síndico e sua nomeação. Escolha entre credores e locais. Proíbições. Do direito de reclamação.

120 — Dos deveres do síndico: — discriminação.

121 — O liquidatário e sua eleição.

122 — Poderes e deveres do liquidatário.

123 — Disposições comuns ao síndico e ao liquidatário.

124 — Da substituição do síndico e do liquidatário: — processo.

— X X I V —

125 — Períodos da falência: — instrução e liquidação.

126 — Do período de informação quanto à massa objetiva: — arrecadação e guarda dos bens, livros e documentos do falido e formalidades respectivas. Dos bens particulares dos sócios solidários.

127 — Da guarda dos bens arrecadados: — a quem compete, responsabilidade e casos ocorrentes.

128 — Do exame dos livros do falido e levantamento do balanço.

129 — Da continuação do negócio do falido: — formalidades e época de seu deferimento. Do gerente: — processo de sua nomeação e respectivos deveres. Da revogação da autorização. Da cessação da autorização: — hipótese em que esta se verifica.

130 — Da inexistência de bens e encerramen-

to da falência. Do prosseguimento da falência.

— X X V —

131 — Do período de instrução quanto à massa subjetiva: — processo declaratório de créditos. Do convite aos credores: — prazo, fórma, conteúdo, prova, por quem é feito e como é feito. Responsabilidade do síndico.

132 — Do prazo para as declarações: — quem o fixa e quando. O mínimo e o máximo dêsse prazo. Prazo único e peremptório.

134 — Da verificação dos créditos declarados: — feição administrativa e feição contenciosa.

135 — Do processo impugnatório: — direito de impugnação, prazo, fundamentos e rito.

136 — Do julgamento no processo declaratório e recurso cabível. Efeitos da decisão. Da ação de revisão.

137 — Dos credores retardatários: — processo da respectiva habilitação e consequência do retardamento.

138 — Da classificação dos créditos admitidos. As quatro classes de credores concurrentes e ordem de preferência.

— X X V I —

139 — Da assembléia de credores: — idéias gerais. Obrigatoriedade de uma assembléia e respectiva convocação.

140 — Constituição da assembléia, ordem dos trabalhos e poderes de deliberação da assembléia.

141 — Das assembléias extraordinárias: — convocação ex-officio, a requerimento do falido e a requerimento dos credores. Processo de convocação dessas assembléias.

— X X V I I —

142 — Da eleição do liquidatário: — hipóteses em que se verifica.

143 — Do processo de eleição. Recusa e destituição do liquidatário. Escôlha do novo liquidatário. Recurso admitido contra a destituição.

— X X V I I I —

144 — Da concordata: — conceito, natureza jurídica e espécies.

145 — Da concordata na falência e respectivos elementos de formação.

146 — Da proposta: — fórma e cláusulas. Fiador. Apôio prévio à proposta respectivas peculiaridades. Requisitos de validade da proposta. Tempo em que pode ser proposta a concordata. Dos que podem e dos que não podem propôr concordata.

147 — Da deliberação sôbre a proposta e *quorum* necessário. Dos credores votantes. Apuração dos votos dos aderentes. Dos que não podem votar. Dos credores garantidos. Da rejeição da proposta. Da aceitação e homologação na assembléia.

148 — Da oposição à concordata celebrada: — dos credores dissidentes e dos sócios perjudicados. Dos embargos à concordata: — prazo de apresentação, fundamentos e processo. Desistência dos embargos. Sentença sôbre os embargos e respectivo recurso.

149 — Efeitos da concordata celebrada em relação ao processo falencial, aos bens da massa, aos credores e aos sócios. Feição não novatória da concordata.

— X X I X —

150 — Da rescisão da concordata: — espécies e casos.

151 — Quais os que podem promover a rescisão. Do fiador.

152 — Do processo de rescisão. Quais os recursos cabíveis da respectiva sentença.

153 — Efeitos da rescisão: — reabertura da falência e consquências relativas assim aos antigos como aos novos credores, bem como quanto aos bens adquiridos após a concordata.

— X X X —

154 — Do período de liquidação: — idéias gerais. Da deliberação dos credores.

155 — Da realização do ativo: — princípios legais. Da venda dos bens em leilão e normas a observar. Da venda por meio de proposta: formalidades. Outros modos de liquidação e requisitos legais à deliberação dos credores.

156 — Das sociedades anônimas: — modos especiais de liquidação do ativo.

157 — Normas gerais pertinentes à realização do ativo. Da cobrança das dívidas ativas. Da remissão parcial. Da venda dos bens gravados com hipotéca e anticrese: — formalidades. Da venda dos bens apenhados ou retidos: — hipóteses e formalidades.

158 — Da liquidação do passivo: — pagamento dos encargos e dívidas da massa e pagamento aos credores da falência. Dos rateios. Concorrência dos credores sociais com os particulares dos sócios solidários: — regras a observar.

159 — Do relatório do liquidatário sôbre as operações finais da falência. Do encerramento do processo falencial.

— X X X I —

160 — Da reabilitação do falido: — casos e respectivas formalidades.

161 — Do processo de rehabilitação. Da sentença e recurso cabível.

162 — Efeitos da rehabilitação.

— X X X I I —

163 — Da concordata preventiva: — idéias gerais.

164 — Do pedido de concordata: — formalidades e diligências preliminares. Do comissário e suas funções.

165 — Do deferimento do pedido de concordata: — requisitos do despacho e regime de publicidade. Processo da concordata em relação ao devedor e aos credores.

166 — Da discussão da proposta. Aceitação por unanimidade e respectiva homologação. Da dissidência e embargos. Da recusa da concordata e abertura da falência.

167 — Princípios gerais aplicáveis à concordata preventiva. Dos que não podem pôr concordata preventiva.

— XXXVIII —

168 — Da reivindicação na falência e na concordata preventiva: — casos.

169 — Da reclamação reivindicatória: — formalidades e processo. Da sentença: — efeitos e recurso cabível.

170 — Dos embargos de terceiro senhor e possuidor: — casos, formalidades e processo. Da sentença e respectivo recurso.

171 — Da restituição da coisa reivindicada: — normas.

— X X X I V —

172 — Dos crimes falenciais. Ds falência culposa e da fraudulenta.

173 — Dos que incorrem em falência culposa e dos que incorrem em falência fraudulenta.

174 — Do processo penal — peculiaridades.

— X X X V —

175 — Das falências de pequeno ativo: — processo.

176 — Da falência das emprêsas concessionárias de serviços públicos: — normas a serem observadas.

177 — Regras de direito internacional privado em matéria falencial.

Faculdade de Direito do Recife, 15-1-941.

PROGRAMA DE DIREITO JUDICIÁRIO CIVIL

3.ª CADEIRA DO .º ANO

DR. MARIO GUIMARÃES DE SOUZA
Professor Catedrático Interino

PRIMEIRA PARTE

1 — 1 — Do Direito Judiciário Civil: Conceito, denominação e finalidade; 2 — Sua autonomia e compreensibilidade; 3 — Posição enciclopédica e relações com os outros ramos da ciência jurídica.

2 — 1 — Da Lei Processual: o Código e as leis extravagantes; 2 — Da sua aplicação, interpretação e integração; 3 — Sua eficácia no tempo e no espaço.

3— 1 — Da função jurisdicional, em confronto

com as dos demais órgãos da soberania nacional. 2 — Do Poder Judiciário. 3 — Da função contenciosa e administrativa.

4 — 1 — Da Organização Judiciária; 2 — Sistemas diversos de organização; defeitos e vantagens. 3 — Da Organização Judiciária no Brasil; história e organização atual.

5 — 1 — Do Juizo Arbitral: conceito e fundamento; inconveniente e vantagens. 2 — Como se constitue e atua. 3 — Homologação do laudo arbitral.

6 — 1 — Jurisdição: conceito e divisão; 2 — Competência: conceito; 3 — Espécies.

7 — 1 — Da determinação da competência: critérios legais. 2 — Das modificações da competência. 3 — Do pacto de foro prorogando.

8 — 1 — Do Juizo: noção. 2 — Das pessoas que o constituem; 3 — Partes necessárias e partes intervenientes.

9 — 1 — Do Litisconsórcio: conceito. 2 — Espécies. 3 — Do litisconsórcio necessário.

10 — 1 — Da intervenção do terceiro: conceito e espécies. 2 — Do chamamento a auto-

ria. 3 — Da nomeação à autoria.

11 — 1 — Da oposição. 2 — Da assistência. 3 — Dos embargos de terceiro.

12 — 1 — Da capacidade para estar em juizo. 2 — Incapacidade absoluta e incapacidade relativa. 3 — Meio de suprí-las.

13 — 1 — Da capacidade de postular em juizo; representação das partes: dos procuradores judiciais. 2 — Do advogado. 3 — Dos provisionados e dos solicitadores.

14 — 1 — Da Assistência Judiciária. 2 — Da curadoria à lide. 3 — Do Ministério Público.

15 — 1 — Do Juiz: conceito, função e poderes 2 — Dos escrivães. 3 — Dos oficiais de justiça e demais serventuarios.

16 — 1 — Do processo: natureza jurídica e conceito. 2 — Necessidade política do processo. — 3 Condições e pressupostos processuais.

17 — 1 — Dos atos processuais; conceito e discriminação. 2 — Dos atos processuais da parte. 3 — Dos atos processuais do Juizo.

18 — 1 — Das condições de realização dos a-

tos processuais quanto ao tempo e ao lugar. Prazos. 2 — Feriados e férias forenses. 3 — Das custas e das multas judiciais.

19 — 1 — Da ação; accepções da palavra. 2 — Natureza jurídica da ação. 3 — Teoria da ação.

20 — 1 — Condições do exercício das ações. 2 — Modificações objetivas e subjetivas da ação. 3 — Extinção das ações.

21 — 1 — Do concurso de ações. 2 — Da cumulação de ações. 3 — Da diferença entre litisconsórcio e o concurso e a cumulação de ações.

22 — 1 — Das nulidades processuais: noções gerais. 2 — Das espécies de nulidade processual. 3 — Como podem ser sanadas.

SEGUNDA PARTE

23 — 1 — Da instância: conceito. 2 — Começo, suspensão e renovação da instância. 3 — Da absolvição, cessação e perempção da instância.

24 — 1 — Do impulso processual: o pedido. 2 — Da petição inicial: cautelas e fórma; adição e emenda. 3 — Do valor da cau-

sa: critérios, impugnação e efeitos. Da distribuição.

25 — 1 — Da citação inicial: conceito e fundamento. 2 — Cautelas quanto às pessoas que devem ser citadas. 3 — Dos efeitos da citação; da revelia.

26 — 1 — Das espécies de citação e casos em que têm cabimento. 2 — Da citação por mandado e por despacho ou por precatória; 3 — Da citação com hora certa ou por editais.

27 — 1 — Da defesa: conceito, fundamento e espécies. 2 — Das exceções: conceito e divisão. 3 — Das exceções de litispendência e de cousa julgada: oportunidade, efeitos e processo.

28 — 1 — Da exceção de incompetência, oportunidade e efeitos. 2 — Da exceção da suspeição; oportunidade e efeitos. 3 — Prática formulária das exceções suspensivas.

29 — 1 — Da contestação: conceito e espécies; cautelas e fórma; arguição de nulidades. 2 — Da litiscontestação. 3 — Do despacho saneador.

30 — 1 — Das provas, em geral: conceito e

espécies; meios de prova admitidos em nosso direito. Do sistema de provas legais e do de livre convencimento do juiz. 2 — Do onus da prova. 3 — Dos indícios e presunções; dos usos e costumes.

31 — 1 — Da prova documental; da exibição de documentos; do incidente de falsidade. 2 — Da confissão e do depoimento pessoal; das testemunhas. 3 — Das vistorias e arbitramentos.

32 — 1 — Da sentença: conceito. 2 — Requisitos elementares e formais; espécies. 3 — Publicação e intimação.

33 — 1 — Da cousa julgada :conceito. 2 — Da cousa julgada formal e da material. 3 — Seus limites objetivos e subjetivos.

34 — 1 — Da ação rescisória: conceito e finalidade. 2 — Dos casos em que tem lugar, no Direito Brasileiro. Seu processo e prática formulária.

TERCEIRA PARTE

35 — 1 — Da ação ordinária; noções gerais. 2 — Casos em que tem lugar. 3 — Marcha processual e prática formulária.

36 — 1 — Das ações executivas; noções gerais

e pressupostos. 2 — Casos em que tem lugar, no nosso direito; 3 — Processo e prática formulária.

37 — 1 — Do executivo fiscal; conceito e pressupostos. 2 — Processo e prática formulária. 3 — Recursos nele admitidos.

38 — 1 — Das ações cominatórias para a prestação de fato ou abstenção de ato. 2 — Da caução de *dano infecto*. 3 — Da ação de prestação de contas.

39 — 1 — Das ações possessórias: noções gerais e espécies. 2 — Do interdito proibitório. 2 — Processo e prática formulária.

40 — 1 — Da ação de manutenção. 2 — Da ação de esbulho, com ou sem reintegração prévia de posse. 3 — Processo e prática formulária de ambas as ações.

41 — 1 — Da ação de imissão de posse; natureza da ação; casos em que tem lugar. 2 — Da ação de despêjo: noção; a quem compete e quando tem lugar. 3 — Processo e prática formulária.

42 — 1 — Da nunciação de obra nova: a quem compete, natureza e requisitos. 2 — Da caução de *opere demoliendo*; processo e prática formulária. 3 — Da ação de nu-

lidade de patente de invenção e de marca de fábrica e de comércio; fôro competente; pessoas que a podem intentar. Processo e prática.

43 — 1 — Da ação renovatória de contrato de locação de imóveis, destinados a fins comerciais. 2 — Fundamento legal e pressupostos. 3 — Processo e prática formulária.

44 — 1 — Da ação de preempção ou preferência e do direito de opção. 2 — Da ação de consignação em pagamento; natureza e defesa de comporta. 3 — Processo e prática formulária.

45 — 1 — Do mandado de segurança; fundamento legal, natureza e contra que atos pode ser intentado; 2 — Forma da inicial e prova do alegado. 3 — Processo e prática formulária.

46 — Da ação para recuperar títulos ao portador ou restaurá-los efeitos; processo. 2 — Da ação de depósito. 3 — Do incidente da prisão do depositário infiel; processo e prática.

47 — 1 — Das ações relativas às vendas a crédito, com resrva de domínio; 2 — Das ações relativas ao loteamento e venda de

imóveis a prestação. 3 — Processo e prática formulária.

48 — 1 — Da ação de excussão de penas; quando tem lugar. 2 — Da remissão do penhor. 3 — Das ações de reforço de garantia e de remissão do imóvel hipotecado; processo e prática.

49 — 1 — Do acidente de trabalho: conceito e noções gerais. 2 — Do procedimento preliminar; iniciativa. 2 — Processo e prática formulária.

50 — 1 — Da venda, locação e administração de cousa comum, inclusive de parte. 2 — Da eleição do cabecel de bens enfiteuticas. 3 — Da exoneração de fiança; processo e prática.

51 — 1 — Das ações de divisão e demarcação: conceito e disposições comuns. 2 — Das disposições especiais à divisão; prática. Da disposições especiais à demarcatória; prática.

52 — 1 — Da ação para obrigar à construção e conservação de tapumes e para indenização de parede ou tapume divisório. 2 — Da ação de usucapião. 3 — Processo e prática formulária.

QUARTA PARTE

53 — 1 — Dos processos acessórios e das medidas preventivas, em geral; natureza e efeitos. 2 — Da busca e apreensão. 3 — Da exibição de cousa e das vendas judiciais. Processo e prática formulária.

54 — 1 — Do embargo ou arresto; pressupostos jurídicos e casos em que tem lugar. 2 — Do sequestro: casos em que tem lugar. 3 — Processo e prática formulária.

55 — 1 — Do depósito preparatório de ação. 2 — Do depósito de pessoas. Da separação de corpos e das cauções judiciais; processo e prática formulária.

56 — 1 — Do protesto e da interpelação judicial. 2 — Da justificação e da notificação; noções gerais. 3 — Processo e prática.

57 — 1 — Da especialização das hipotécas legais. 2 — Da posse em nome do ventre. 3 — Das vistorias, arbitramentos e inquirições *ad perpetuam rei memoriam*; noções gerais, processo e prática formulária.

58 — 1 — Do atentado; noções gerais e fundamento. 2 — Causas em que pode ter lugar; efeitos. 3 — Processo e prática formulária.

59 — 1 — Da reconvenção; conceito e fundamento. 2 — Causas em que pode ser oferecida. 3 — Processo e prática formulária.

60 — 1 — Da desapropriação por utilidade pública; noções gerais e fundamento; do decreto de desapropriação. 2 — Do processo de desapropriação: modo e forma de agir para a indenização do valor dos bens desapropriados. 3 — Da requisição e uso da propriedade particular.

Recife, 15 de Janeiro de 1944.

O professor catedrático interino
MARIO GUIMARÃES DE SOUZA

4.ª CADEIRA

MEDICINA LEGAL

DR. EDGAR ALTINO
Professor Catedrático

a) *Medicina Legal, Ensino e Perícia*

1 — Objeto da Medicina Legal. Feição do estudo em Faculdades Jurídicas. Didática. Prática médico-forense. Novos rumos da cadeira. Medicina Legal Judiciária.

2 — Institutos médico-legais. Especialização pericial; perícia e peritos. Documentos médico-legais. O Código Penal de 1940.

b) *Semiologia Mental*

3 — Percepção, inteligência, emoção, vontade,

vida social. Conduta e liberdade. Sociologia do homem normal.

4 — Limites modificadores legais da responsabilidade e da capacidade. Idade, sexo, prodigalidade, alienação, loucura, intervalos lúcidos; conceito médico-legal.

c) Psicopatologia Forense

5 — Estudo médico-legal das doenças mentais causas gerais, diagnósttico, simulação, classificação das doenças mentais.

6 — Constituições psicopáticas. Reações antisociais dos alienados.

7 — Das toxifilias (etilismo, morfinismo, cocainismo etc). Estudo médico-legal.

8 — Das perversões sexuais. Conceito freideano. Distúrbios hormoglandulares e neurovegetativos.

9 — Noções de higiene mental. Proteção à criança anormal, aos toxifilos, aos pervertidos, aos vagabundos, aos analfabetos.

10 — Repressão à crendice popular, às práticas de espiritismo e similares; ao curandeirismo etc. Profilaxia das doenças venéreas.

11 — Vantagens da segregação mental precoce. Manicômios, preventórios, hospitais abertos.

d) Criminologia

12 — O crime e seu conceito histórico; forma fundamental e forma evolutiva. Conceito social coetaneo.

13 — O criminoso e sua ficha biográfica; antecedentes hereditários, influências congênitas, vida na infância, vida na sociedade.

14 — Exame somático e psíquico do delinquente. Biotipologia criminal. Clínicas criminaveis.

15 — Prevenção do crime. Extinção da máquina penal vigente. Substitutivos penais de Ferri.

16 — A pena e sua finalidade utilitária de terapeutica médico-psicológica, médico-pedagógica, médico-cirúrgica e médico opoterápica incretória.

17 — Penitenciárias, reformatórios, clínicas criminais, manicômios penais, anexos psiquiátricos.

e) Técnica Policial Judiciária

18 — Da prova do crime. Provas técnicas; o levantamento de corpo, fotografia do local do crime, filmagem. Outras provas de laboratório. Prova testemunhal. Confissão. Técnica psicológica.

19 — Caractéres antropognósticos gerais, raça, sexo, idade.

20 — Tipo constitucional. Soma e psique. Tipos patológicos.

21 — Estática antropognóstica; caractéres profissionais; fisiológicos. Tatuagens. Grupos sanguíneos; antropometria.

22 — Dinâmica antropognóstica; caractéres funcionais. Postura, marcha, destreza, fôrça.

23 — Movimentos anormais. Palavras escrita e falada. Mímica, gestos.

24 — Sensório. Vida vegetativa.

25 — Identificação judiciária; reconhecimento no vivo, no cadáver e na fotografia. Fotografia sinalética. Embalsamamento e recomposição de cadáveres.

26 — Identificação judiciária, datiloscopia. In-

pressões digitais e sistemas datiloscópicos.

27 — Gabinetes de identificação datiloscópica; provas no vivo e no cadáver. Processos de revelação de impressões digitais.

f) Traumatologia Forense

28 — Semiologia geral das ofensas físicas. Estudos quantitativos das lesões corporais.

29 — Lesões por agentes físicos.

30 — Lesões por agentes mecânicos e químico-traumatisantes.

31 — Asfixias puras.

32 — Asfixias complexas.

33 — Asfixias mistas.

34 — Inanição. Envenenamento.

35 — Infecção; delito de contágio. Cod. Penal, art. 130.

36 — Classificação das lesões corporais. Lesão leve; Cod. Penal, art. 129.

37 — Lesão grave; Cod. Penal, art. 129, § 1.°, ns. I, II, III e IV.

38 — Lesão mais grave; Cod. Penal, § 2.°, ns. II, III, IV e V.

39 — Lesão mortal. Natureza e séde das lesões mortais.

40 — Lesão corporal seguida de morte. Cod. Penal, art. 129 § 3.°. Estudo médico legal das concausas.

41 — Estudo semiótico da morte por homicídio, por suicídio e por acidente.

42 — Conceito novo de infanticídio. Cod. Penal, art. 123. Psicologia do estado puerperal.

43 — Infanticídio. Provas de vida extrauterina; docimasias. Diagnóstico da causa da morte do recem-nascido.

g) Sexologia Forense

44 — Do casamento. Motivos de impedimento estatuidos no Código Civil, relativos à consanguinidade. Leis de Mendel.

45 — Relativos à idade e à capacidade civil.

46 — Idem aos direitos de sucessão de productos possiveis de casamento anterior.

47 — Sentido legal do êrro essencial sôbre pessôa. Defloramento anterior. Dubiedade de sexo e outras malformações genitais.

48 — Defeito físico irremediável ou moléstia grave transmissível por contágio ou herança.

49 — Sevícia ou injúria grave. Contaminação venérea. Casamento nulos e anuláveis.

50 — Exame médico prenupcial. Mendelismo. Eugenética.

51 — Do defloramento: conceito legal. Organs sexuais externos da mulher; himen, sua forma e consistência.

52 — Traumatologia sexual; circunstâncias correntes para o diagnóstico do defloramento.

53 — Do estupro; conceito legal. Casos em que constitue atentado a saúde e à vida.

54 — Do atentado contra o pudor; conceito legal. Práticas libidinosas; perversões sexuais. Lesões possiveis resultantes do atentado.

55 — Do ultrage público ao pudor. Psicologia do ultrajante.

56 — Da gravidez; noções de embriologia e de concepção. Diagnóstico da gestação; práticas de laboratório. Variedades, marcha e duração da prenhez. Simulação e dissimulação.

57 — Do parto. Sinais recentes e sinais remotos. Do parto suposto. Cod. Penal, art. 242. Perícia; grupos sanguíneos.

58 — Do abortamento criminoso; conceito e elementos constitutivos do crime. Prática do abortamento, medicamentos abortivos e processos abortivos mecânicos.

59 — Lesões possiveis consecutivas á prática clandestina do abortamento; exame da mulher, do aborto e dos anexos. Perícia.

60 — Do abortamento legal; indicações terapeuticas e eugenéticas. Cod. Penal, art. 128, n.° II.

61 — Do perigo social do abortamento clandestino. Direito de nacituro. Inutilidade das leis penais repressivas. Prevenção pela propaganda e pela assistência social á mulher grávida.

h) — Infortunística

62 — Acidente do trabalho. Lei nacional. Teoria do risco profissional e acidentes de trabalho.

63 — Perícia. Cura da lesão. Consolidação médica e consolidação jurídica. Simulação.

64 — Avaliação de incapacidades. Concausalidade. Legislação, jurisprudência.

i) Tanatologia Forense

65 — Da morte; sinais duvidosos, sinais certos. Morte súbita e morte agônica. Fenômenos cadavéricos. Cronotamatognóse.

Faculdade de Direito do Recife

PROGRAMA DE ENSINO

DAS CADEIRAS DO

5. ANO

1ª. Cadeira — DIREITO CIVIL 3
Prof. Andrade Bezerra

2ª. Cadeira — DIREITO JUDICIÁRIO CIVIL..... 9
Prof. Pedro Lins Palmeira

3ª. Cadeira — DIREITO JUDICIÁRIO PENAL.....19
prof. Genaro Guimarães

4ª. Cadeira — DIREITO ADMINISTRATIVO 25
prof. Luiz Delgado

5ª Cadeira — DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO 31
Prof. Sérgio Loreto Filho

1944

PROGRAMA DO 5.º ANO

1.ª CADEIRA

DIREITO CIVIL

DR. ANDRADE BEZERRA
Professor catedrático

(FAMÍLIA E SUCESSÕES)

Primeira parte

DIREITO DA FAMÍLIA

1 — Da Família e do Direito da Família.

2 — Dos esponsais. Do casamento até o Código Civil.

3 — Das formalidades preliminares do casa-

mento e dos impedimentos: suas espécies e efeitos.

4 — Da celebração do casamento. Autoridade competente.

5 — Do casamento *in-extremis*.

6 — Dos meios de prova do casamento.

7 — Do casamento nulo e anulável. Das pessôas que podem propor as ações de nulidade ou de anulação de casamento e do tempo em que devem elas ser iniciadas.

8 — Do casamento putativo, suas espécies e efeitos.

9 — Dos efeitos jurídicos do casamento. Da incapacidade da mulher casada.

10 — Dos direitos e deveres do marido e da mulher.

11 — Dos regimens de bens no casamento.

12 — Do regimen da comunhão universal e da comunhão parcial de bens.

13 — Do regimen da separação e do regimen dotal.

14 — Direitos e deveres do marido e da mulher quanto ao dote.

15 — Da restituição do dote.

16 — Da administração do dote pela mulher. Dos bens parafernais.

17 — Das doações entre cônjuges.

18 — Da dissolução da sociedade conjugal. Do desquite e do divórcio.

19 — Do divórcio nos códigos estrangeiros.

20 — Do desquite em nosso Código Civil. Dos efeitos do desquite quanto aos bens e filhos do casal.

21 — Do parentesco e suas espécies. Linhas e gráus de parentesco.

22 — Da legitimidade ou ilegitimidade dos filhos.

23 — Da legitimação.

24 — Do reconhecimento dos filhos naturais.

25 — Da adoção, seus requisitos e efeitos.

26 — Do pátrio poder. Direitos e deveres dos pais quanto à pessôa e bens dos filhos.

27 — Da supressão e perda do pátrio poder.

28 — Dos alimentos; quando e por quem são devidos. Como devem ser arbitrados os

alimentos. Alimentos presentes, futuros e provisionais.

29 — Da tutela, seu conceito e evolução.

30 — Da tutela em nosso Código Civil e suas espécies.

31 — Direitos e deveres dos tutores.

32 — Dos que devem ou podem ser tutores e das causas de excusa. Das garantias e da extensão da tutela.

33 — Da curatela e suas espécies.

34 — Direitos e deveres dos curadores.

35 — Dos que devem ou podem ser curadores. Excusas, garantias e extinção da curatela.

36 — Da ausência. Curadoria e sucessão provisória do ausente.

37 — Da sucessão definitiva do ausente.

Segunda Parte

DAS SUCESSÕES

38 — Da sucessão, suas espécies e seu fundamento.

39 — Liberdade de testar.

40 — Transmissão da herança.

41 — Tempo e lugar da abertura da sucessão. Do inventariante.

42 — Aceitação e recusa da herança. Responsabilidade dos herdeiros.

43 — Da herança jacente e vacante.

44 — Da sucessão legítima. Da ordem de vocação hereditária.

45 — Sucessão por cabeça e por estirpe.

46 — Sucessão na linha reta e do cônjuge.

47 — Sucessão na linha colateral.

48 — Do direito de representação.

49 — Da sucessão testamentária.

50 — Do testamento e suas espécies. Da capacidade testamentária.

51 — Requisitos dos testamentos público, cerrado e privado.

52 — Dos testamentos especiais. O testamento marítimo e o militar. Dos codicilos.

53 — Ineficácia e revogação dos atos de última vontade. Do testamenteiro.

54 — Noção, espécies, efeitos e caducidade dos legados.

55 — Do direito de acrescer entre herdeiros e legatários.

56 — Dos herdeiros necessários e da redução das disposições testamentárias.

57 — Da capacidade para suceder. Indignidade e deserdação.

58 — Das substituições e das colações.

59 — Do inventário e da partilha. Dos sonegados. Do pagamento das dívidas do espólio.

60 — Garantia dos quinhões hereditários. Nulidade da partilha.

Faculdade de Direito do Recife, 12 de janeiro de 1944.

ANDRADE BEZERRA

2.ª CADEIRA

DIREITO JUDICIÁRIO CIVIL

2.ª Parte

DR. PEDRO LINS PALMEIRA
Professor Catedrático Interino

I — Dos Recursos

1 — Dos recursos, em geral. Noções. Fundamento filosófico e jurídico. Espécies.

2 — Da Apelação: noções gerais; espécies e efeitos. Cautelas relativas à interposição e seguimento dos apelações. Rito processual e prática formulária nas duas instancias.

3 — Dos Embargos: noções gerais; casos, na-

tureza e espécies. Rito processual e prática formulária.

4 — *Do Agravo*: noções gerais; espécies; efeitos.

5 — *Do Agravo de Petição*: quando tem lugar; efeitos. Rito processual e prática formulária nas duas instancias.

6 — *Do Agravo de Instrumento*: quando tem lugar; efeitos. Rito processual e prática formulária.

7 — *Do Agravo no Auto do Processo*: quando tem lugar; efeitos. Rito processual e prática formulária. *Da Carta Testemunhavel*: conceito e finalidade. Sua supressão pelo novo Código de Processo.

8 — *Da Revista*: conceito; quando tem lugar; efeitos. Rito processual e prática formulária. *Do Prejulgado*: conceito e finalidade. Seu processo.

9 — *Do Recurso Extraordinário*: conceito e finalidade; quando tem lugar. Efeitos. Rito processual e prática formulária.

II — Dos processos da competência originária dos Tribunais

10 — Dos processos da competência originária

dos Tribunais de Apelação; dos de competência originária do Supremo Tribunal Federal.

11 — Da Homologação de Sentenças Extrangeiras: sistemas; o adotado no Brasil. Seu processo.

12 — Dos Conflitos de Jurisdição: conceito, finalidade e casos. Efeitos. Seu processo.

13 — Da Ação Rescisória: fundamento, natureza e finalidade. Sua classificação. Rito processual e prática formulária.

III — Das execuções de sentenças

14 — Teoria Geral da Execução: juizo e partes compententes. Do ingresso na execução. Do objéto da execução.

15 — Da Execução Provisória: casos em que ocorre; atos que compreende. Rito processual e prática formulária. Espécie: Casos e meios empregados.

16 — Da Execução por cousa certa ou em espécie. Casos em que ocorre. Casos e meios empregados. Rito processual e prática formulária.

17 — Da Execução das Obrigações de fazer ou

não fazer: casos e fórmas. Rito processual e prática formulária.

18 — *Da Execução por quantia certa*: casos e fórma. Nomeação de bens à penhora; gradação a ser observada.

19 — *Da Penhora*: conceito, natureza; efeitos. Segunda penhora.

20 — *Da Penhora em créditos, direitos e ações.* Penhora no rosto dos autos. Ação sub-rogatória.

21 — *Disposições comuns aos bens penhorados*: depósito e administração deles. Dos seus frutos e rendimentos.

22 — *Da Avaliação. Dos Editais de praça*: afixação e publicação.

23 — *Da Arrematação*: teorias sôbre a natureza da alienação dela decorrente. Da praça. Do auto e da carta de arrematação. Efeitos da arrematação.

24 — *Da Adjudicação*: casos em que pode ter lugar; efeitos. Prática formulária.

25 — Da Remissão: espécies, efeitos; casos em que pode ter lugar. Prática formulária.

26 — *Da Execução por quantia incerta*. Liquidação da sentença: conceito e processo. Prática formulária.

27 — *Da Defesa do Executado*: casos, oportunidade e efeitos. Embargos à penhora e à arrematação; nas ações reais; nos casos de obrigações de fazer ou não fazer. Rito processual e prática formulária.

28 — *Da Alienação em Fraude de Execução*: conceito; quando ocorre; natureza e índole processual. Efeitos.

29 — *Do Concurso de Credores*: conceito e fundamento; condições e efeitos. Protesto de preferência e rateio. Rito processual e prática formulária.

30 — *Dos Embargos de Terceiros*: Natureza, requisitos e efeitos. Causa em que tem cabimento. Rito processual e prática formulária.

V — Dos processos administrativos

31 — *Do Processo do Registro Torrens*: inscrição, oposição. Rito processual e prática formulária.

32 — *Do Inventário*: noções gerais Tempo, lugar e pessoas a quem cabe a sua inicia-

tiva. Prasos para seu início e término. Prática formulária.

33 — *Do Inventariante:* Das declarações de herdeiros e bens. Da citação dos herdeiros e contestação de sua qualidade. Questões de alta indagação. Prática formulária.

34 — *Da avaliação:* Da colação. Processo e prática formulária.

35 — *Do pagamento das dívidas. Da liquidação.* Processo e prática formulária.

36 — *Da Partilha:* espécies: *a) — judicial:* deliberação e esbôço; regras a observar. *b) — da partilha amigável;* quando pode ocorrer; *c) — da partilha feita em vida.* Efeitos da partilha. Formal de partilha.

37 — *Do Arrolamento:* quando tem lugar. Processo e prática formulária.

38 — *Da apresentação, abertura e execução dos testamentos:* processo relativo às diversas espécies de testamento.

39 — *Da extinção do usufruto e do fideicomisso:* noções gerais; modo e fórma de proceder. *Do cumprimento das disposições testamentárias:* noções gerais e processo.

40 — Da arrecadação dos bens de defuntos: noções gerais; cautelas quanto ao lugar e à iniciativa da arrecadação: guarda e administração dos bens, habilitação de herdeiros. Ação dos herdeiros para reconhecimento de seus direitos hereditários. O decreto-lei n. 1007, de 26 de Dezembro de 1939.

41 — Dos bens de ausentes: noções gerais. Arrecadação: modo e fórma de proceder. Dos bens achados: noções gerais modo e fórma de proceder.

42 — Da Sucessão provisória: noções gerais e fundamento legal; cautelas; processo e prática formulária. Da sucessão definitiva: noções gerais e fundamento legal, modo e fórma de proceder.

43 — Das averbações e retificações do Registro Civil: casos em que podem ocorrer. Processo e prática formulária.

44 — Da nomeação de tutor e curador: noções gerais. Da prestação de contas. Da nomeação dos tutores e curadores. Processo e prática formulária.

45 — Da curatela dos loucos, surdos mudos e pródigos: noções gerais. Iniciativa e processo. Da especialização da hipotéca le-

gal: noções gerais e fundamento legal. Processo e prática formulária.

46 — *Da emancipação*: noções gerais e fundamento legal. Casos em que pode ocorrer. Iniciativa e processo. Prática formulária.

47 — *Do processo de incorporação de bens ao Patrimônio Nacional*: Noções gerais e fundamento legal. Prática.

48 — *Do casamento*: habilitação prévia; oposição de impedimentos; dispensa de proclamas; celebração. *Do desquite por mutuo consentimento*: fundamento legal; cautelas a observar, retratação e reconciliação dos cônjuges. Rito processual e prática formulária.

49 — *Do bem de família*: noções gerais e fundamento legal; modo e fórma de proceder. *Da separação de dote e da venda de bens dotais*: noções gerais e fundamento legal; processo. *Da subrogação de bens inalienáveis*: noções gerais; fundamento legal; processo.

50 — *Da venda, arrendamento ou hipotéca de bens dos incapazes*: noções gerais e processo. *Do suprimento de consentimento*: noções gerais e processo. *Do resgate e*

abandono do aforamento e da alienação do dominio útil ou direto: noções gerais e processo.

51 — Da liquidação das sociedades: noções gerais; designação do liquidante; atos que lhe incumbem; sua destituição. Partilha. Processo e prática formulária.

52 — Da organização, funcionamento e dissolução das fundações: noções gerais e processo.

53 — Da desapropriação: noções gerais; fundamento legal; decreto de desapropriação; modo e fórma de agir para a indenização do valor dos bens desapropriados.

VI — *Das falências*

54 — Da Falência: conceito e fundamento. Natureza do respectivo processo. Unidade e universalidade da falência. Processo para sua decretação. Seus efeitos.

55 — Do síndico: nomeação, atribuições, caráter de suas funções; destituição. Arrecadação dos bens. Verificação e classificação dos créditos. Impugnação. Credores retardatários. Quadro geral dos credores.

56 — *Assembléia de credores*: constituição e poderes. Relatório do síndico. Eleição do liquidatário. Realização do ativo e liquidação do passivo.

57 — *Da concordata terminativa*: quem a pode oferecer; oportunidades; garantias; aceitação e recusa; efeitos. Seu cumprimento e rehabilitação do falido.

58 — *Da concordata preventiva*: fundamento legal, natureza. Requisitos, garantias, aceitação e homologação; recusa. Efeitos. Processo e prática formulária.

59 — Dos embargos à concordata: oprtunidade, matéria que neles pode ser arguida; processo e julgamento. Rescisão da concordata: efeitos. Processo e prática formulária.

60 — *Dos processos incidentes na falência*: Reclamação reeivindicatória; ação revocatória; ação de revisão de créditos; embargos de terceiro. Processo e prática formulária.

3.ª CADEIRA

DIREITO JUDICIARIO PENAL

DR. GENARO DE BARROS GUIMARÃES
Professor Catedrático

I

1 — Processo Criminal. 2 — Suas relações com outras ciências. 3 — Divisão do processo criminal em relação à natureza dos delitos e à qualidade dos delinquentes.

II

4 — Principais formas históricas do processo criminal. 5 — Sistema acusatório. 6 — Sistema inquisitório. 7 — Sistema misto.

III

8 — Da ação penal. 9 — Da ação pública. 10 — Da ação privada. 11 — Da ação cível para reparação do dano causado pelo delito. 12 — Modos de iniciar o processo criminal. 13 — Da queixa. 14 — Da Denúncia. 15 — Do direito de representação.

IV

16 — Da instrução preparatória, sua utilidade e importância. 17 — Inquérito policial, autoridades a que incumbe e sua marcha.

V

18 — Identificação. 19 — Antropometria. 20 — Datiloscopia.

VI

21 — Da prisão. 22 — Detenção. 23 — Reclusão. 24 — Prisão simples. 25 — Da prisão preventiva, seus fins, fundamentos e condições. 26 — Da prisão em flagrante delito, suas condições. 27 — Auto de prisão em flagrante delito.

VII

28 — Da fiança. 29 — Seu histórico na antiguidade e na legislação portuguesa. 30 — Da fiança segundo a legislação pátria. 31 — Da fiança provisória. 32 — Da fiança definitiva. 33 — Quebramento e cassação da fiança. 34 — Termo de fiança.

VIII

35 — Da prova. 36 — Seu papel em matéria criminal. 37 — Diversas classificações de provas.

IX

38 — Da prova testemunhal. 39 — Sua antiguidade e seu valor. 40 — Classificação de testemunhas. 41 — Garantias e condições essenciais. 42 — Como devem ser inquiridas. 43 — Legislação pátria sôbre a prova testemunhal. 44 — Segredo profissional. 45 — Acareação.

X

46 — Do corpo de delito; sua antiguidade. 47 — Do corpo de delito direto. 48 — Do

corpo de delito indireto. 49 — Como devem agir as autoridades incumbidas de proceder ao corpo de delito. 50 — Dos peritos. 51 — Dos quesitos. 52 — Auto de corpo de delito.

X I

53 — Do interrogatório; seu histórico. 54 — Teorias a respeito do interrogatório; sistema preferível. 55 — Legislação Pátria sôbre o interrogatório. 56 — Da Confissão; sua importância. 57 — Condições essenciais à confissão como meio de prova. 58 — A confissão tácita é admissível em matéria criminal?

X I I

59 — Das investigações psiquiátricas.

60 — Da instituição do juri. 61 — Importância social do juri. 62 — Formação do tribunal do juri; solenidades essenciais. 63 — Comparecimento das partes e das testemunhas. 64 — Dos jurados; direitos, deveres e responsabilidades. 65 — Dos debates perante o tribunal do juri; acusação, defesa; réplica e tréplica. 66 — Dos incidentes. 67 — Dos quesitos e da sentença.

X I V

68 — Dos recursos criminais e sua necessidade. 69 — Recursos necessários e voluntários. 70 — Dos recursos admitidos na primeira fase do processo criminal. 71 — Da apelação no antigo direito português e na legislação pátria. 72 — Casos em que tem lugar, para quem é interposta e seu processo. 73 — Do protesto por novo julgamento. 74 — Vantagem ou inconveniência dêste recurso; legislação pátria a respeito. 75 — Dos embargos ao acordão. 76 — Da revisão. 77 — Êrro absoluto e êrro relativo; revisão *pro reo* e *pro societate*. 78 — Do recurso extraordinário.

X V

79 — Do *habeas-corpus*, sua história, seus fins, suas vantagens. 80 — Interposição do *habeas-corpus*, seu processo e julgamento.

X V I

81 — Da extinção da ação penal e da condenação. 82 — Da prescrição.

— X V I I —

83 — Da suspensão condicional da pena.

84 — Do livramento condicional.

XVIII

85 — Da execução das medidas de segurança.

XIX

86 — Das nulidades.

XX

87 — Das execuções criminais.

XXI

88 — Do processo e do julgamento dos crimes da competência do juiz singular.

XXII

89 — Do processo e do julgamento dos crimes da competência do juri.

XXIII

90 — Do processo e do julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos.

XXIV

91 — Contravenções. Estudo e comentário do dec. lei n. 3.680 de 3 de Outubror de 1941.

XXV

92 — Da advocacia criminal.

93 — Exercícios práticos, escritos e orais.

4.ª CADEIRA DO 5.º ANO

PROGRAMA DA CADEIRA DE DIREITO ADMINISTRATIVO

DR. LUIZ DELGADO

Professor Catedrático

Primeira parte

1 — Administração e política. Os fins do Estado e a prática administrativa.

2 — Noção de Direito Administrativo.

3 — O Direito Administrativo entre as ciências jurídicas.

4 — História do Direito Administrativo.

5 — O Direito Administrativo brasileiro.

6 — Fontes do Direito Administrativo.

7 — Codificação do Direito Administrativo.

II

8 — Problemas gerais do Direito Administrativo.

III

9 — As pessôas jurídicas do Direito Administrativo: a) o Estado;

10 — b) os municípios;

11 — c) as autarquias.

12 — O Estado e seus órgãos administrativos.

13 — Órgãos ativos, consultivos e fiscais.

14 — Competência dos órgãos administrativos segundo o território.

15 — Competência dos órgãos administrativos segundo a função.

16 — Competência dos órgãos administrativos segundo o gráu.

17 — Centralização e descentralização.

18 — Os agentes dos órgãos administrativos. A função pública.

19 — Funcionários civis e militares.

20 — Extranumerários.

21 — Funcionários especiais.

22 — Direitos dos funcionários.

23 — Deveres dos funcionários. Responsabilidade.

24 — Utilidade pública.

I V

25 — A relação jurídica no Direito Administrativo.

26 — As faculdades da administração.

27 — O poder de polícia.

28 — O serviço público.

29 — Os direitos dos administrados.

30 — Origem da relação jurídica. Os atos jurídicos no Direito Administrativo.

31 — Os atos administrativos.

32 — Os atos certificativos.

33 — Contratos administrativos.

34 — Concessão de serviços públicos.

V

35 — Objeto das relações jurídicas: a) os bens;

36 — b) as prestações.

37 — Fornecimentos e concorrências.

38 — Requisição e desapropriação.

V I

39 — Responsabilidade da administração pública.

40 — Tribunais administrativos especiais.

41 — Controle judiciário da atividade administrativa.

Segunda parte

42 — Administração e finanças. Administração fazendária e financeira.

43 — Fiscalização orçamentária. Tribunais de contas.

44— Relações exteriores.

45 — Defesa nacional.

46 — Administração da justiça.

47 — Polícia da ordem pública.

48 — Regulamentação administrativa das manifestações do pensamento.

49 — Regulamentação administrativa dos direitos de associação e reunião.

50 — A administração e o conhecimento da realidade social. Estatística.

51 — A administração e os problemas demográficos. Nacionais e estrangeiros.

52 — Emigração e Imigração.

53 — A administração e os problemas sanitários e higiênicos.

54 — A administração e os problemas de assistência social.

55 — A administração e os problemas culturais.

56 — A administração e os problemas econômicos. A produção de riquezas. a) Agricultura.

57 — b) Mineração.

58 — c) Indústrias básicas.

59 — A administração e os problemas econômicos. A circulação das riquezas: a) transportes;

60 — b) comércio interno e externo:

61 — c) crédito.

62 — Regulamentação do trabalho para fins justiça social e de assistência.

63 — Obras públicas.

64 — A administração do esfôrço de guerra

65 — Regulamentações administrativas mun pais.

LUIZ DELGADO

5.ª CADEIRA

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

DR. SÉRGIO LORETO FILHO
Professor Catedrático

1.º — *Introdução*

I

1 — A disciplina do Direito Internacional Privado. Abrange conhecimentos fenomênicos, científicos, propriamente ditos, e técnicos. Sua importância.

2 — Seu estudo no Brasil. Histórico.

3 — Bibliografia brasileira: PIMENTA BUENO, CLOVIS BEVILAQUA, RODRIGO OCTAVIO, EDUARDO ESPINOLA, HAROLDO

VALADÃO, PONTES DE MIRANDA, TITO FULGÊNCIO, OSCAR TENÓRIO.

I I

4 —O fenômeno de Direito Internacional Privado através da História. A Sociedade Internacional e sua regulamentação jurídica.

5 — Influência que sôbre o Direito Internacional Privado têm tido as tendências humanitarista e nacionalista, ou exclusivista do instinto social humano. Ações e reações recíprocas dessas duas tendências através da História. — O exclusivismo primitivo dos Romanos e o humanitarismo — dos últimos tempos de sua história.

6 — O predomínio da tendência exclusivista representada pelo personalismo dos Germanos e pelo territorialismo fragmentado da Época Feudal. A reação do humanitarismo, através da grande criação dos Post-glosadores — a *"Teoria dos Estatutos"* — constitue a primeira elaboração conciente de normas do Direito Internacional Privado. Nêsse momento o homem se apercebe do fenômeno e se inicia na

técnica de o disciplinar. O aprimoramento e a sistematização daquelas normas passa, então, a constituir crescente preocupação humana, assumindo, ora, a feição de tarefa individual; ora, a feição de tarefa coletiva, tanto particular como oficial.

III

7 — A legislação e a codificação do Direito Internacional Privado. Codificar e uniformizar. A uniformização internacional dos direitos privados internos.

Uniformização do Direito Comercial; Congresso de Antuérpia (1885) e Bruxelas (1888); o *Comité Maritime Internacional*; convenções de Bruxelas de 1910, sôbre o abalroamento e a assistência e salvação marítimas; conferências Internacionais de Direito Marítimo, de Bruxelas, de 1924 e 1926, nas quais foram firmadas, respectivamente, as convenções de 25 de agosto de 1924, sôbre a responsabilidade dos proprietários de navios, e de 10 de abril de 1926, sôbre privilégios e hipotécas marítimas, ambas ratificadas pelo Brasil. (Vejam-se às págs. 24.570 e 23.546 do *Diário Oficial*, outubro e novembro de 1935).

O Congresso Internacional de Direito Marítimo de 1892, em Gênova.

8 — *A tarefa codificadora do Direito Internacional Privado.* — Possibilidade da codificação; obstáculos. — Suas modalidades: individual e coletiva, de iniciativa particular e de iniciativa oficial;
2) *Labor individual:*
Ferrater, Barcelona, 1846; Augusto Paroldo, Turim, 1851; Alfonso Domin Petruschavecz, Leipzig, 1861; Bluntschli, Heidelberg, 1868; David Dudleyfield, New York, 1873; Olivares Biec, Madrid, 1879; Gonçalo Ramirez, Buenos Aires, 1888; Pascoale Fiori, Itália, 1890; Internoscia, New York, 1910; Lafayette Rodrigues Pereira, Rio, 1911; A. S. de Bustamante, Havana, 1925.

9 — b) O *labor coletivo* — Associações mundialmente notáveis:
a) — "A Associação Internacional para o Progresso das Ciências Sociais" (*International Association for the Promotion of Social Science*, Birmingham, 1857);
b) — Associação Internacional para a Reforma e Codificação do Direito das Gentes (*International Association for the Reform and Codification of the Laws of Nations*), fundada em 1873; primeira reunião

em Bruxelas, 1873; denominada a partir de 1894 — *International Laws Association);*

c) — O "Instituto de Direito Internacional", fundado em 1873, realizou a sua primeira reunião em Gand, nêsse mesmo ano;

d) — O Instituto Americano de Direito Internacional, instalado em Washington em janeiro de 1916.

I V

10 — A codificação oficial. Iniciativas italianas. MANCINI.

11 — Iniciativas oficiais holandesas. ASSER. As conferências de Haia (1893, 1894, 1900, 1904, 1925, 1928), e seus resultados.

Resultado das Conferências de Haia:

I — Convenção relativa ao Processo Civil, assinada aos 17 de julho de 1905; substituiu a de 25 de maio de 1899.

II — Convenção para regular os conflitos de leis em matérias de casamento, assinada em Haia, aos 12 de junho de 1902.

III — Convenção para regular os conflitos de leis e de jurisdições em matréria de divórcio e de separação de corpos, assinada aos 12 de junho de 1912.

IV — Convenção para regular a tutela dos menores, assinada em Haia aos 12 de junho de 1902.

V — Convenção de 17 de julho de 1905, para regular os conflitos de leis relativos aos efeitos do casamento sôbre os direitos e os deveres dos cônjuges em suas relações pessoais e patrimoniais.

VI — Convenção de 17 de julho de 1905 sôbre a interdição e medidas de proteção análogas.

VII — Convenção de 17 de julho de 1905 sôbre conflitos de leis em matéria de concessões e testamentos.

12 — c) — A contribuição americana.

I — Congresso de Lima (1877-1878).

II — Congresso de Montevidéo (1888-1889).

III — As Conferências Panamericanas:

A) — Primeira Conferência Panamericana — Washington, (1889-1890). Criação da "União Internacional das Repúblicas Americanas".

B) — Segunda Conferência Panamericana — (México, 1901-1902). Ao delegado do Brasil, dr. José Higino Duarte Pereira, coube a primazia do movimento codificador do direito internacional, no seio das Conferências Panamericanas.

C) — Terceira Conferência Panamericana — (Rio de Janeiro, 1906). — Criação da *Comissão de Jurisconsultos*.

D) — Quarta Conferência Panamericana — (Buenos Aires, 1910). No intervalo da 4.ª para a 5.ª Conferência, em 1912, na cidade do Rio de Janeiro, a "Comissão Internacional de Jurisconsultos Americanos", realizou a sua primeira reunião.

E) — Quinta Conferência Panamericana — (Santiago, 1923). — A "Comissão Internacional de Jurisconsultos Americanos", em 1927, no Rio de Janeiro, realizou a sua segunda e última reunião.

F) — Sexta Conferência Panamericana — (Havana, 16 de janeiro a 20 de fevereiro de 1928). Aprovação do Código de Direito Internacional Privado (*Código Bustamante*).

G) — Sétima Conferência Panamericana — (Montevidéo, 1933).

H) — Oitava Conferência Panamericana — (Lima, 1938).

— Ligeiro exame da Convenção de Havana, de 17 de fevereiro de 1928, que pôz em vigor o *Código Bustamante*:

Direito de reserva quanto à aceitação de um ou vários artigos do Código. Entrada em vigor. Ratificação. É uma Con-

venção aberta; forma da adesão por parte de outros Estados ou pessôas jurídicas internacionais. Reforma e denúncia.
O Congresso do Brasil aprovou a Convenção Panamericana de Direito Internacional Privado, de Havana, de 17 de fevereiro de 1928, pelo decreto n. 5.647, de 7 de janeiro de 1929, publicado em o "Diário Oficial" de 22 de outubro de 1929.

2.º — *Assuntos Gerais*

V

13 — As várias denominações dadas à disciplina.

14 — Definições do Direito Internacional Privado. Seu verdadeiro conceito.

15 — Sua posição no seio da Enciclopédia Jurídica. PILLET e ITTA. Relações com os outros ramos jurídicos.

V I

16 — Determinação do fundamento do Direito Internacional Privado.
a) — Os post-glosadores e os estatutários franceses do 16.º século.

17 — b) — Os holandeses e os anglo-americanos. A *Comitas gentium* ou cortezia das soberanias.

18 — c) — A idéia de justiça; a comunidade jurídica das nações (SAVIGNY); a comunidade jurídica universal do gênero humano (JITTA, *La Méthode du Droit International Privé*, pag. 58).

O verdadeiro fundamento: A solidariedade universal dos homens, entendido tal fáto como uma das manifestações do instinto social do homem, fenômeno imanente à sua própria natureza.

V I I

19 — Objeto do Direito Internacional Privado: seu conteúdo. O critério clássico: solver os conflitos de leis.

20 — O triplice conteúdo do mesmo objeto. Exame do estado atual da questão: PILET, CLOVIS, MACHADO VILELA.

21 — Caractéres específicos do problema dos direitos dos estrangeiros e do problema do respeito aos direitos adquiridos no estrangeiro.

VIII

22 — Fontes do Direito Internacional Privado: Costumes, tratados e leis internas.

23 — Carater das regras do Direito Internacional Privado destinadas a solução dos conflitos legislativos. "Teoria da recepção" de MARINONI e "teoria da competência legislativa" de GHIRARDINI e MACHADO VILELA.

24 — Aplicação das normas do Direito Internacional Privado.

IX

25 — O estudo da Nacionalidade. Nacionalidade originária e nacionalidade adquirida. (*Jus sanguinis* e *jus soli*). Naturalização. Direitos dos naturalizados. Perda e reaquisição de nacionalidade das pessôas coletivas.

26 — Conflitos de lei em matéria de nacionalidade. Dupla nacionalidade e ausência de nacionalidade.

27 — Regras do Código *Bustamante* em matéria de nacionalidade e naturalização: A determinação da nacionalidade de ori-

gem (art. 9). Conflitos em matéria de nacionalidade de origem (art. 10). — A *lex fori* como subsidiária (art. 11). — Aquisição individual da nacionalidade (art. 12). Naturalização tácita e coletiva (art. 13). Perda da nacionalidade (art. 14). Reaquisição da nacionalidade (art. 15).

— Convenção sôbre a nacionalidade, assinada em Haia aos 12 de abril de 1930 e ratificada pelo Govêrno Brasileiro pelo Decreto n. 21.798, de 6 de setembro de 1932 — *Diário Oficial* de 17 de março de 1933.

— Convenção sôbre nacionalidade, firmada em Montevidéo, a 26 de dezembro de 1933, por ocasião da VIII Conferência Panamericana, ratificada pelo Gov. Brasileiro por Dec. n. 2.572, de 18 de abril de 1938. (V. *Diário Oficial*, pag. 8.063, abril de 1938).

— Nacionalidade das pessôas coletivas: Disposições do Código Bustamante (arts. 16 a 21).

X

28 — *Da nacionalidade brasileira*. Quem é brasileiro. — Exame dos princípios consignados nas várias constituições brasileiras

de 1891 (art. 69), de 1934 (art. 106), de 1937 (art. 115), e no Decreto-lei n. 389, de 25 de abril de 1938, pub. no *Diário Oficial* de 29 de abril, pag. 8.082).

— Brasileiros de origem nascidos fóra do Brasil. (Decreto-lei n. 389, citado, art. 7.º).
— A aquisição da nacionalidade brasileira pela naturalização. (Decreto-lei n. 389, citado, arts. 6.º e seguintes).
— Processo de naturalização. — Direito dos estrangeiros naturalizados.

29 — Perda da nacionalidade brasileira: Constituições de 1891 (art. 71, § 2.º); de 1934, (art. 107) e de 1937 (art. 116); Decreto-lei n. 389, citado (art. 2.º). A mulher brasileira que se casa com um estrangeiro perde a sua nacionalidade?

30 — A nacionalidade das pessôas coletivas no Direito Brasileiro.

3.º — *Da Condição dos Estrangeiros*

X I

31 — Primeiro grande problema do *Direito Internacional Privado*: — o do reconhecimento da personalidade jurídica dos estrangeiros.

— História da condição dos estrangeiros — Entre os povos da Antiguidade Oriental: Hindús, Egipcios, Hebreus e Chineses. Entre os povos da Antiguidade Européia: Gregos, Romanos e Germanos.

32 — A condição dos estrangeiros na Idade Média. — Os Francos. — Como o personalismo do direito bárbaro se transformou no rigoroso territorialismo feudal. — O direito de *albinágio; a cavagem; o droit de formariage*. Modificação da condição dos estrangeiros na França após a vitória da realeza. Direitos políticos e direitos privados. (O *Jus detractus, droit de detraction*).

33 — A condição dos estrangeiros nos tempos modernos. O movimento filosófico do século XVIII; a Revolução Francesa. — Os decretos de 6 de agosto de 1790 e de 8 de abril de 1791, revogando o *droit D'AUBAINE* e o *droit de detraction*. — A influência da Revolução Francesa entre os outros povos.

XII

34 — Objetivação do princípio do reconhecimento da personalidade jurídica dos estrangeiros na atualidade.

35 — Direitos geralmente concedidos aos estrangeiros; direitos públicos, não políticos e direitos privados.
Que se entende por Direito Internacional Operário?

36 — Tratado de Havana, de 1928, sôbre a condição jurídica dos estrangeiros.
Disposições do *Código Bustamante*:
Direitos civis (art. 1.º); restrições de ordem pública; as garantias individuais e a exceção dos direitos políticos (art. 2.º) — O decreto do Govêrno Brasileiro, n. 5.647, de 8 de janeiro de 1929, aprovou a Convenção de Havana de 18 de fevereiro de 1928, publicada pelo Decreto n. 18.956, de 22 de outubro de 1929, sôbre a condição jurídica dos estrangeiros.

XIII

37 — Condição jurídica dos estrangeiros no Brasil. A tradição liberal do nosso direito.

38 — Ao tempo do Império.

39 — Sob o regimen republicano: A Constituição de 1891. A Constituição de 1934; as garantias individuais (art. 113); direito à educação (art. 149). A Constituição de

10 de Novembro de 1937; direitos e garantias individuais (art. 122).

a) — Os direitos privados (Código Civil de 1916, art. 3).

b) — A navegação de cabotagem. Constituição de 1891 (art. 13, § único); Constituição de 1934 (art. 5.°, XIX, letra e); Constituição de 1937, (art. 16, n. XII).

c) — As pessôas jurídicas de direito público e as de direito privado; reconhecimento e capacidade.

(Código Civil, arts. 19, 20 e 21, da Introdução de 1916 e art. 11 da Lei de Introdução, de 4 de setembro de 1942, publicada no *Diário Oficial* de 9 de setembro de 1942, pag. 13.635).

d) — Os cargos públicos, civis, ou militares. (Const. de 1934, art. 168).

e) — Entrada de estrangeiros no território nacional (Decreto-lei n. 406, de 4 de maio de 1938, modificado pelo Decreto-lei n. 639, de 20 de agosto de 1938 e regulamentado pelo decreto n. 3.010 de 20 de agosto de 1938 (êste último publicado no *Diário Oficial* de 22 de agosto do mesmo ano, pag. 16.792).

f) — A expulsão de estrangeiros, (Const. de 1934, art. 113, n. 15; Const. de 37, art. 122, n. 3; lei n. 4.247, de 5 de ja-

neiro de 1921; Decreto n. 24.215, de 9 de maio de 1934; Decretos-leis ns. 392, de 24 de abril de 1938, e 479, de 8 de junho de 1938 (êste último publicado no *Diário Oficial* de 11 de junho de 1938, pag. 11.680). (1)

g) — Caução suficiente às custas judiciárias (art. 18 da Introdução ao Código Civil de 1916).

X I V

40 — Segundo *grande problema do Direito Internacional Privado*: o da solução dos conflitos de leis no espaço. Como resolvê-lo?

— Conflito entre leis de um mesmo país. Conflito de leis no tempo e conflito de leis no espaço.

41 — Elementos de conexão das relações jurídicas com as legislações dos vários Estados.

42 — Sistemas de solução. Territorialismo e personalismo das leis. Necessidade de

---

(1) — Sôbre Extradição veja-se o Decreto-lei n. 304, de 28 de abril de 1938 (*Diário Oficial*, pag. 9.169).

promover a coordenação das diversas legislações, as quais devem ser consideradas como legítimas, eficazes e aplicáveis.

X V

43 — Evolução histórica dos sistemas de solução dos conflitos de leis. A *"Teoria dos Estatutos"* e suas quatro fases ou escolas:

I — A *Escola Estatutária Italiana* — Onde se originou; causas do seu aparecimento; duração de sua aplicação. A obra de seus doutrinadores principais; *Bártolo* e *Dumoulin*.

II — A Escola Francesa do século 16. — A doutrina de *D'Argentré*. A personalidade dos estatutos é excepcional e se apoia em uma idéia de justiça. — Os Estatutos mistos de *D'Argentré*.

44 — III — A *Escola Holandesa* — Quando e por que surgiu. Seus elaboradores: *Borgúndio, Paulo e João Voécio*. A personalidadee dos estatutos decorre da *comitas gentium*. — Os estatutos mistos de *Paulo Voécio*.

IV — A *Escola Francesa do século 18*. Quando apareceu. Suas idéias principais — Escola de transição. — Seus princi-

pais representantes: *Boullenois, Froland e Bouhier*. — Crítica geral da *"Teoria dos Estatutos"*.

45 — A *Teoria Neo-Estatutária* de *Vareilles Sommières*.
A doutrina Anglo-Americana. — É profundamente impregnada das idéias estatutárias. — Em que consiste. — Seu princípio básico: a territorialidade das leis temperada pela *comitas gentium* quanto ao estado e à capacidade das pessôas. — Como se originou esta Escola Crítica.

X V I

46 — Escolas científicas para a solução dos conflitos de leis. Suas idéias fundamentais.
— O princípio da comunidade do direito e seus limites. — Razão da aplicação das leis estrangeiras.

47 — Teorias alemãs de WAECHTER e de SCHAEFFNER. Doutrina de SAVIGNY: princípios informadores e solução. Sua grande influência.
— Doutrina de MANCINI: seus princípios, soluções e influência.

48 — Doutrina de PILLET: pontos caracteristi-

cos e influência. — Doutrina de MACHADO VILELA: normas orientadoras. A natureza das relações jurídicas e o fim social das leis como processo de determinação da lei normalmente competente. Classificação quádrupla das leis.

— Doutrina de BUSTAMANTE: Leis de ordem pública interna e leis de ordem privada.

XVII

49 — Exame perfunctório das principais regras de Direito Internacional Privado consignadas nas diversas fontes:
I — *No costume internacional;*

50 — II — *No direito interno:*
a) Código civil da Prússia, de 1794;
b) Código civil francês, de 1804;
c) — Código civil italiano, de 1865;
d) — Código civil argentino, de 1871;
e) — Código civil alemão, de 1896;
f) Direito brasileiro: Introdução ao Código civil de 1916 e Decreto-lei n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942.

51 — *Nos tratados internacionais:*
a) Tratado de Lima (1877-1878);
b) Tratados de Montevidéo (1888-1889);

c) Conferência de Haia, de Dir. Int. Privado: (1889, 1902, 1905);
d) *Código Bustamante*.

XVIII

52 — Das leis cuja competência decorre da nacionalidade ou do domicílio da pessôa (*leis ou estatutos pessoais*). — Qual deve ser o elemento determinador da lei pessoal — a *nacionalidade* ou o *domicílio*?

3 — Esfera de aplicação das leis pessoais: estudo e capacidade das pessôas, direitos de família, direitos de sucessão e doações.

— Dos conflitos de leis pessoais e de sua solução.

XIX

— DAS LEIS PESSOAIS NO DIREITO BRASILEIRO. — O decreto-lei n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942, artigos 7.º e 10.º. Decreto-lei n.º 5.187, de 13 de janeiro de 1943.

— Esfera de aplicação das leis pessoais no regimen da lei brasileira: regras sôbre o começo e o fim da personalidade, o no-

me, a capacidade e os direitos de família e sôbre a sucessão por morte ou por ausência.

A lei pessoal será a lei do domicílio, salvo quanto ao Divórcio de brasileiros os quais no assunto continuarão sujeitos à lei brasileira.

57 — Das leis pessoais no CÓDIGO BUSTAMANTE *(Leis de ordem pública interna)*.

X X

58 — Das leis cuja competência decorre do lugar onde está situada a coisa ou onde se realiza o fato jurídico (leis ou estatutos reais).

59 — Esfera de aplicação dessas leis de competência localizada: a propriedade imóvel e móvel; a forma externa dos atos; os direitos de crédito; a responsabilidade pelos fatos ilícitos; a competência e a forma do processo; a falência.

60 — Das leis de competência localizada no direito brasileiro e no *"Código Bustamante." (Leis de ordem pública internacional)*.

— Esfera de aplicação de tais leis em ambos os sistemas jurídicos.

XXI

61 — Das leis cuja competência decorre da manifestação da vontade das partes *(leis voluntárias)*.

62 — O princípio da autonomia da vontade e sua evolução. DUMOULIN. Seu campo de aplicação: contratos e atos unilaterais, regimen de bens no casamento, testamentos e doações.

63 — Das leis de competência voluntária no direito brasileiro e no *"Código Bustamante" (Leis de ordem privada)*.

XXII

64 — Questões complementares: I — Dos conflitos de qualificação. BARTIN.

65 — Conflitos entre regras fixadoras de competência legislativa internacional. Conflitos positivos e conflitos negativos. Solução dos conflitos negativos com a adoção da *"Teoria da referência à lei estrangeira de direito interno"* e da *"Teoria do Retorno"* ou da *"devolução"*. Qual a preferível?

66 — Conflitos no tempo entre regras de con-

flitos legislativos no espaço. — *A fraude em Direito Internacional Privado.* — Conflitos de Jurisdições.

XXIII

67 — O princípio da ordem pública internacional.

68 — A questão da ordem pública internacional no direito brasileiro. Decreto-lei n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942, art. 17.

69 — Como o *"Código Bustamante"* conceitua as leis de ordem pública internacional.

5.º — *Do respeito internacional aos Direitos Adquiridos*

XXIV

70 — TERCEIRO GRANDE PROBLEMA DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: — o do reconhecimento internacional dos direitos adquiridos.

71 — Orientação geral do direito brasileiro. Limites e condições.

72 — Disposições do *"Código Bustamante"*. (Art. 8.º).

XXV

73 — Do reconhecimento dos direitos assegurados em sentenças de tribunais estrangeiros. — Execução das sentenças.

74 — Sistemas doutrinários e legislativos quanto à execução das sentenças estrangeiras.

75 — A execução das sentenças estrangeiras no Brasil (Artigos 16, da Introdução ao Cód. Civil, e 785 a 789 do Código do Processo Civil, baixado pelo Decreto-lei n.º 1.608, de 18 de setembro de 1939).

Faculdade de Direito do Recife, em 3 de janeiro de 1944.

DR. SÉRGIO LORETO FILHO
Professor Catedrático

F. D. R.
378.81
R297 n.

8/85